



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MACAPÁ**

FORTALEZA - CEARÁ

2023

ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Andréa Luz da Silva.

FORTALEZA - CEARÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Sa, Esmeralda Viana Braga.

Políticas públicas para a redução da evasão escolar na educação de jovens e adultos nas escolas estaduais de Macapá [recurso eletrônico] / Esmeralda Viana Braga Sa. - 2023.

92 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof.^a Dra. Maria Andrea Luz da Silva.

1. Evasão escolar. 2. Educação. 3. EJA. 4. Políticas públicas. . I. Título.

ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE
MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 13/02/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MARIA ANDREA LUZ DA SILVA
Data: 15/03/2023 09:08:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria Andrea Luz da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO HORACIO DA SILVA FROTA
Data: 15/03/2023 09:07:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Documento assinado digitalmente
 SOLANGE MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS
Data: 15/03/2023 15:38:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Solange Maria da Conceição dos Santos
Centro Universitário Estácio de Sá

Dedico este trabalho a minha família, a qual me deu apoio incondicional durante todo esse percurso, especialmente ao meu esposo, Mário Júnior dos Santos Sá (*in memoriam*) e filhos, Ediane do Socorro Viana Sá; Raylan Braga Aragão; e Mário Gomes de Sá Neto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização desta pesquisa.

Aos amigos/familiares, Mário Júnior dos Santos Sá (in memoriam) e filhos, Ediane do Socorro Viana Sá; Raylan Braga Aragão; e Mário Gomes de Sá Neto. Ao meu querido amigo Silvio Nunes de Souza por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso. Especialmente minha orientadora Dra. Maria Andréa Luz da Silva.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado. Às pessoas com quem convivi a longo desses anos de curso, que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou sua construção. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. (Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como objeto de estudo a evasão na educação de jovens e adultos. O objetivo geral da pesquisa busca compreender de que forma as políticas públicas estão contribuindo para redução da evasão nas escolas estaduais de Macapá na modalidade EJA. Para isso a metodologia adotada foi a realização da pesquisa bibliográfica com seleção de materiais já disponíveis no meio científico relacionado a temática escolhida, sistematização destes trabalhos científicos para obter novos conhecimentos, bem como fazer análises mais profundas e críticas sobre o objeto da evasão escolar na EJA. Realizou-se também a pesquisa de campo, na Escola Estadual Maria Neusa do Carmo, para entender por meio de dados empíricos a realidade de uma das escolas estaduais do município de Macapá. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas envolvendo o diretor da escola selecionada, os professores responsáveis pelos alunos da EJA da 1ª etapa do ensino médio e o coordenador da secretaria da secretaria de educação do Estado do Amapá. Aplicou-se 30 questionários para entender a realidade dos alunos EJA em relação a evasão escolar da 1ª etapa do ensino médio. Dentre os resultados se tem que os motivos para evasão e anseios dos alunos estão relacionados a: condição financeira, ter filhos para cuidar, a rotina familiar e falta de local para higienização. Pensar no incentivo financeiro para os alunos EJA por meio de bolsas, vales transporte, alimentação, e atendimento médico contribuiria para amenizar muitas dificuldades desses alunos, e reforçaria a motivação em terminar os estudos. Ainda, os fatores da evasão são mais relacionados a necessidades básicas de subsistência. Se identificou que as políticas são mínimas, com necessidade de verba e apoio do poder público. As metas do PEE do Estado necessitam de verba significativa para se materializar, com investimento para superação de problemas de ordem econômica, sociais e culturais dos alunos, fazendo a aproximação do público EJA com uma educação profissional, que envolvam metodologias inovadoras de cunho prático, valorização dos profissionais que precisam de suporte para conduzir o processo educacional de forma a atender as necessidades dos alunos, compreendendo sua diversidade e necessidades.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação. EJA. Políticas públicas.

ABSTRACT

This research presents dropout in youth and adult education as an object of study. The general objective of the research seeks to understand how public policies are hopeful for the reduction of evasion in the state schools of Macapá in the EJA modality. For this, the methodology adopted was to carry out bibliographical research with a selection of materials already available in the scientific environment related to the chosen theme, systematization of these scientific works to obtain new knowledge, as well as to make deeper and more critical analyzes about the object of school dropout in EJA. Field research was also carried out at the Maria Neusa do Carmo State School, in order to understand, through empirical data, the reality of one of the state schools in the city of Macapá. Three semi-structured interviews were carried out involving the director of the selected school, the teachers responsible for the EJA students of the 1st stage of high school and the coordinator of the secretary of the secretary of education of the State of Amapá. 30 simulations were applied to understand the reality of EJA students in relation to school dropout in the 1st stage of high school. Among the results, the reasons for students' evasion and anxiety are related to: financial condition, having children to take care of, family routine and lack of local hygiene. Thinking about financial incentives for EJA students through scholarships, transportation vouchers, food, and medical care would help alleviate many of these students' difficulties and strengthen their motivation to finish their studies. Also, dropout factors are more related to basic subsistence needs. It was identified that the policies are minimal, in need of funds and support from the public authorities. The goals of the State's PEE went from materializing a significant amount, with investment to overcome the students' economic, social and cultural problems, bringing the EJA public closer to professional education, which involve innovative methodologies of a practical nature, valuing of professionals who need support to conduct the educational process in order to meet the needs of students, understanding their diversity and needs.

Keywords: School dropout. Education. EJA. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Identidade racial dos alunos EJA.....	42
Gráfico 2 -	Idade dos alunos EJA.....	43
Gráfico 3 -	Matrículas EJA.....	43
Gráfico 4 -	Média de satisfação dos alunos EJA com o curso.....	45
Gráfico 5 -	Horas de estudos dos alunos EJA.....	50
Gráfico 6 -	Percentual dos fatores de contribui na evasão na perspectiva dos professores.....	53
Gráfico 7 -	Apontamentos de fatores para reduzir a evasão escolar.....	54
Gráfico 8 -	Fatores que fomentam a evasão na perspectiva da direção escolar na EJA.....	56
Gráfico 9 -	Ações que ajudaria na redução da evasão escolar na EJA.....	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Forma de matrícula nos cursos EJA.....	44
Quadro 2 -	Principais motivos de não finalização dos estudos em idade regular.....	45
Quadro 3 -	Principais motivos que influenciaram na continuidade dos estudos.....	46
Quadro 4 -	Principais obstáculos para frequentar a escola.....	47
Quadro 5 -	Principais fatores que levam a querer desistir da EJA.....	48
Quadro 6 -	Motivos de gostar da EJA.....	49
Quadro 7 -	Motivos de não gostar da EJA.....	49
Quadro 8 -	Situação profissional atual dos alunos EJA.....	51
Quadro 9 -	Perspectiva para o futuro dos alunos EJA.....	51
Quadro 10	Opinião pessoal dos professores sobre o que deve ser considerado fator de impacto para evasão escolar na EJA.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	20
3	O DESAFIO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.....	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76
	APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O DIRETOR DA ESCOLA MARIA NEUZA DO CARMO	80
	APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES DA ESCOLA MARIA NEUZA.....	82
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS EJA DA ESCOLA MARIA NEUZA DO CARMO.....	84
	ANEXO A – ACEITE INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA ESCOLA MARIA NEUZA.....	90
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE DOS PARTICIPANTES.....	91

1 INTRODUÇÃO

O interesse e motivação em relação a problemática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA, teve origem em minha especialização para trabalhar com esses alunos, e cresceu devido ao contato direto com esse público, que mais tarde originou um artigo científico fruto de uma pesquisa realizada na Escola Estadual Daniel de Carvalho no Distrito de Santo Antônio da Pedreira na zona rural de Macapá/AP. Mobilizar esforços para investigar uma política adequada para combater os obstáculos que geralmente levam os alunos evadirem-se, exige do pesquisador bastante comprometimento. Mas além disso, é necessário entender no processo de investigação as políticas que melhor se adequem a cada contexto. Nesse sentido, trabalhar as políticas públicas para combater a evasão escolar no município de Macapá contribui no contexto dos alunos que frequentam escolas estaduais do Amapá. Portanto, desenvolver uma dissertação que ajude as escolas estaduais na compreensão das políticas públicas para os alunos EJA na continuidade de seus estudos traz grande satisfação em relação ao desenvolvimento dessa pesquisa.

A justificativa para a realização desse trabalho de pesquisa se materializa, principalmente, por se tratar da educação de jovens e adultos que não puderam seguir o percurso normal dos seus estudos na idade estipulada por lei. Sendo que essa não continuidade acontece por motivos diversos, dentre os quais podem ser desde motivos de ordem política até aqueles de ordem econômica. A evasão na educação de jovens e adultos gera uma massa de pessoas que terá condições minimizadas de ingresso no mercado de trabalho, além de condições deficitárias de aturem em sociedade como agentes críticos e de forma cidadã devido a nuances preconceituosas, as quais reduzem as condições e direitos humanos por não terem tido uma escolarização.

A EJA é uma modalidade de ensino amparada pela Lei nº 9.394/96¹ e voltada para pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade apropriada. A EJA tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a perigosa marginalização. A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O projeto de alfabetização que ele implementou em 1963 atendeu 380 trabalhadores em Angico-RN, repercutindo por todo o país, mas sendo sufocado pelo golpe militar de 1964. Retornando ao Brasil após experiências de alfabetização

¹ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que constitui o marco regulatório da educação, reafirma-se a institucionalização da modalidade Educação de Jovens e Adultos, substituindo a denominação Ensino Supletivo por EJA.

de adultos na África e na América Latina, influenciou práticas públicas de ações educacionais. Essa proposta favorece a Inclusão econômica, social e política de indivíduos, (CARDOSO; PASSOS, 2001).

A EJA traz uma nova oportunidade de estudo para as pessoas que não puderam concluir o ensino básico em tempo regular. Como esses alunos já estão em uma idade avançada em relação aos seus estudos, fica difícil conciliar muitas vezes trabalho, família e estudos. Situações dessa natureza são vinculadas a muitos obstáculos, considerados, na maioria das vezes, intransponíveis para milhares de jovens que se afastam da escola e não concluem a educação básica. Ainda, este é um dos contextos que está inserida a EJA.

A evasão escolar nessa modalidade de ensino, merece assim, atenção. A evasão não é um problema restrito apenas à algumas instituições de ensino, mas é um impasse de ordem nacional, o qual afeta substancialmente de forma negativa as classes mais desfavorecidas da sociedade. Portanto, compreender essa realidade que permeia nossa sociedade dentro do contexto da evasão escolar na EJA é pertinente para a compreensão de como as políticas públicas são eficazes à redução desta problemática.

O problema que esta pesquisa buscou responder é o seguinte: quais as políticas públicas no município de Macapá corroboram para enfrentamento da evasão nas escolas estaduais na modalidade EJA?

Diante dos argumentos apresentados, buscou-se, nesse trabalho, como proposta de estudo, analisar o contexto de uma escola estadual para verificar a realidade dos alunos da EJA para posteriormente entender como as políticas públicas são mobilizadas pelas escolas estaduais de Macapá para combater o problema da evasão escolar.

Detectar as necessidades dos alunos, no contexto educacional, permite que eles tenham uma inserção no mercado de trabalho, o que é de suma importância, para que, mediante as informações obtidas, possa-se traçar metas e metodologias que possibilitem a estes alunos uma educação de qualidade. Sabe-se, porém, que muitas são as dificuldades enfrentadas pelos alunos e, assim sendo, precisa-se que sejam considerados os aspectos relacionados a sua realidade sociocultural. Com isso, ter o conhecimento dos obstáculos que permeia esse público facilitará a ação de transpor o problema e assim conseguir verificar como as políticas públicas são mobilizadas para combater a evasão escolar na EJA nas escolas estaduais de Macapá.

Dessa forma, este trabalho vem contribuir com a temática: Políticas Públicas para a Redução da Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais de Macapá, à medida que se desvendará as principais causas do elevado índice de evasão dessas escolas do estaduais do município de Macapá.

A pesquisa foi guiada por algumas questões norteadoras essenciais para compreensão e identificação dos impasses relacionados as políticas públicas para redução da evasão escolar na EJA, são elas: como estão se processando as políticas para redução da evasão escolar na educação de jovens e adultos?; quais índices e elementos contribuem para a evasão escolar na educação de jovens e adultos?; como o gestor escolar e professores avaliam os principais motivos da evasão escolar na EJA?; de que forma a escola está atuando na redução da evasão escolar na educação de jovens e adultos?, tais fatores são imprescindíveis para se obter uma visão ampla do processamento dessas políticas na atualidade e o impacto no desenvolvimento da modalidade EJA.

A partir desses pressupostos, pode-se inferir algumas hipóteses relacionadas a evasão escolar nas escolas estaduais de Macapá: A ocorrência da evasão escolar na EJA deve-se a falta de preparo e de estímulo da escola no atendimento do perfil da modalidade. A baixa condição econômica dos alunos em manter seus estudos tem impacto desde a compra de materiais de apoio escolar até ao transporte para chegar à escola. Essas hipóteses são relevantes para proporcionar oportunidades de Educação de Jovens e Adultos melhores no Estado do Amapá, considerando a flexibilidade nos cursos, suas condições e necessidades para frequentar a escola.

Os principais motivos que levam os alunos a se matricularem na EJA é a visão de um futuro promissor e o fato de concluírem os estudos, (SOUZA, 2006). O problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências remetem a muitos fatores, como: sociais, culturais, políticos, econômicos, pedagógicos e outros.

Em consonância a esses objetos diversos, a pesquisa adotou o seguinte objetivo geral: Compreender de que forma as políticas públicas estão contribuindo para redução da evasão nas escolas estaduais de Macapá na modalidade EJA.

Ainda, os objetivos específicos compreendem: a) investigar como estão se processando as políticas para redução da evasão escolar na EJA; b) apontar os índices e elementos que contribuem para a evasão escolar na EJA; e, c) compreender de que forma a escola investigada está atuando na redução da evasão escolar na EJA.

A realização desta pesquisa se justifica pelo motivo das políticas públicas proporcionarem melhores oportunidades para a redução da evasão nas escolas estaduais do município de Macapá. Por isso, é importante que a escola leve em consideração que a clientela dessa modalidade de ensino já possui sua cultura, sua religião, uma família formada, um emprego, ou seja, sua história de vida. Cabe à escola e a seus profissionais ajudá-los na busca

da realização de seus objetivos de conquistar o mundo letrado, desenvolvendo conhecimentos, capacidades e qualidades ao exercício consciente da cidadania. Muitos são os fatores que influenciam as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA que, em sua maioria, apresentam desinteresse nos estudos, ou mesmo dar continuidade a eles, pois sua realidade socioeconômica, entre outros fatores, impõe ao aluno uma realidade imbuída de desafios que são difíceis de serem enfrentados sem um suporte e condições dignas, as quais se apresentam por meio de políticas públicas adequadas.

Fatores de ordem social e econômica parecem ser os mais frequentes nessa modalidade de ensino. A ideia de pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos, com seus percalços e avanços, surgiu da observação diária do público desse modelo de educação na escola onde trabalho, instigando-me a descortinar os fatos relacionados a essa modalidade de ensino.

A importância dessa pesquisa poderá destacar-se por se tratar de um tema bastante pesquisado por alunos, professores e demais pessoas envolvidas com a educação. Igualmente entende-se que os dados advindos da pesquisa poderão servir de base para possíveis investimentos do setor público, ou mesmo para avaliação e análise dos fatores que influem sobre essa modalidade de ensino, para que, a partir dela, seja possível demandar recursos e possíveis ajustes nas metodologias constantes nessa modalidade de ensino. Portanto, entende-se que a transferência de responsabilidade pela situação da educação no Brasil, de modo geral, em nada colabora para que ela seja realizada de maneira a trazer os melhores resultados. A união de esforços entre a sociedade e o governo, não resta dúvida, seria o caminho mais sensato a ser percorrido em prol dos alunos devidamente matriculados nessa modalidade de ensino.

A metodologia adotada compreendeu: realização da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica serviu para a construção do trabalho com a cientificidade necessária, uma vez que, tal metodologia envolve: seleção de materiais já disponíveis no meio científico relacionado a temática escolhida, sistematização destes trabalhos científicos para obter novos conhecimentos, bem como fazer análises mais profundas e críticas sobre o objeto da evasão escolar na EJA.

Este modelo de pesquisa tem como finalidade fazer com que o pesquisador entre em contato direto com materiais escritos sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Os principais repositórios consultados para a obtenção do conteúdo científico necessário para a pesquisa foram: o Google Acadêmico e o *SciELO*; ainda, se consultou vários documentos oficiais relacionados as

legislações vigentes na educação de jovens e adultos e os demais documentos que se fizeram necessários em questão de qualidade e relevância para a pesquisa.

Após foi realizada em um segundo momento a pesquisa de campo. A pesquisa de campo é relevante para entender por meio de dados coletados com instrumentos científicos através de investigação e conhecendo a realidade de uma das escolas estaduais do município de Macapá.

Para coleta de dados e informações no campo escolhido, se utilizou três entrevistas semiestruturadas. A primeira entrevista foi feita com o diretor da escola selecionada, e outra entrevista com os professores responsáveis pelos alunos da EJA da 1ª etapa do ensino médio; a última entrevista foi com o coordenador da secretaria de educação do Estado do Amapá. Por fim, alguns questionários foram aplicados aos alunos da 1 etapa do ensino médio.

O campo de estudo no qual foi desenvolvida a pesquisa: Escola Estadual Maria Neusa do Carmo. Os dados da Secretaria de Estado da Educação do Amapá SEED, especificamente na Divisão de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA, que informou que atualmente o Estado do Amapá possui 434 escolas, sendo 112 delas localizadas no município de Macapá, das quais 45 oferecem a Educação de Jovens e Adultos desde a alfabetização, o ensino fundamental até o ensino médio. Dessas escolas a Escola Maria Neusa do Carmo foi escolhida por apresentar um índice de evasão escolar significativamente elevado, cerca de 70% dos matriculados se evadem antes do término do curso, segundo dados da própria secretaria da escola consultada antecipadamente em 2022, justificando o motivo dela ter sido escolhida para o campo de pesquisa.

A referida Escola oferece EJA de Ensino Fundamental e Ensino Médio com aulas no período da tarde com média de 35 alunos por turma. É notório que a Educação é um compromisso de todos. Quando ela é levada ao nível da legalidade, engloba governo federal, estaduais e municipais. Nesse viés, cada município pode, de acordo com o perfil do seu alunado, definir como irá desenvolver as aulas, bem como, buscar alternativas para torná-las ainda mais atraentes e mais interessantes e, assim, promover o estímulo ao aluno.

No universo das escolas estaduais de Macapá/AP a Escola Estadual Maria Neusa do Carmo de Souza atende ainda ao critério de ter a modalidade EJA do Ensino Médio com a etapa que se pretende investigar para que se possa entender como as políticas públicas estão sendo mobilizadas para combate a evasão escolar. O campo atende aos critérios necessários que viabilizam a investigação, sendo assim, ideal para coleta de informações e dados necessários que pressupõem o alcance do objetivo geral estipulado.

A população consiste em 1 turma da escola investigada, sendo da 1 etapa do ensino médio. A turma tem um total de 35 alunos. Nesse sentido, são aplicados 30 questionários para 30 alunos da primeira etapa Ensino Médio. Esses questionários ajudaram na compreensão das condições principalmente relacionadas ao perfil socioeconômico desses alunos desta etapa. O quantitativo do universo de alunos é uma amostra considerável sendo base para provimentos de dados para posteriores análise e formulações de discussões a respeito dos anseios e desafios que esses alunos enfrentam no contexto ao qual estão inseridos. A escolha da primeira etapa se deve ao motivo de ser uma etapa inicial e os alunos já têm uma experiência mais considerável para responder os questionamentos referentes a jornada e experiência que possuem na escola entre outros detalhes necessários para compreensão mais ampla que são relevantes compreender em efeito para combater por meio das políticas públicas a evasão escolar.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas de forma presencial, sendo uma entrevista para o diretor geral e outra para o diretor pedagógico da escola selecionada, também se aplicou uma entrevista semiestruturada com o coordenador da secretaria da educação do Estado do Amapá. A entrevista é um instrumento que trará uma melhor visão do funcionamento e recepção/manutenção da oferta da EJA na escola. Ainda, as perspectivas dos gestores a respeito do progresso dessa modalidade.

A população dos professores foi constituída, sendo 1 professor de cada área do conhecimento. Se selecionou de forma aleatória 3 professores de duas áreas de conhecimento que são lecionadas nas EJA da escola. Sendo que 3 professores foram da 1ª etapa do ensino médio.

As informações coletadas são necessárias para viabilizar medidas que possam auxiliar na investigação do problema proposto, uma vez que, o processo de análise de dados envolve vários procedimentos, codificação das respostas, seleção e tabulação dos dados. A codificação, análise e tabulação para a obtenção de informações só se efetivam após a coleta de dados. Os questionários e entrevistas foram aplicados pelo Google Formulários ou impressão e dependeu de cada situação.

A dissertação está composta por três capítulos, sendo eles dispostos da seguinte forma:

O capítulo primeiro enfoca as políticas públicas existentes para a educação de jovens e adultos, é importante conhecer essas políticas uma vez que são muitas, isso dará um melhor direcionamento de como tais políticas servem para combater a evasão nas escolas estaduais do município de Macapá, ainda apontar as fragilidades que a política pública não consegue atender.

Com isso, mostra as políticas públicas voltadas a educação de jovens e adultos de forma global para entendimento da relevância da formação desse público na construção de uma sociedade cada vez mais crítica e justa com oportunidade de educação e trabalho para todos fazendo valer o direito determinado na própria Constituição do país.

No escopo teórico dos principais autores estão: Instituto Unibanco (2022); Assis, Brignoni e Pires (2016); Viero (2007); Machado e Rodrigues (2013); Teixeira (2002); Kerstenetzky (2006); Lariú (2004); Saraiva (2004); Souza (2006); Teixeira (2022); Mainards (2018); Arroyo (2006); Brasil (2000); Di Pierro (2010); Araújo e Musial (2022); Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001); Moura e Ventura (2018) e outros.

O segundo capítulo evidencia em detalhes o desafio da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos no Brasil buscando compreender como esse problema afeta os estudantes, ainda, conhecendo os fatores comumente apresentados em outros estudos para direcionar o entendimento de fatores que considerem a possível dissipação ou minimização da problemática da evasão escolar. Compreender a evasão de forma ampla e geral contribui para direcionar posteriormente a solução para o problema de pesquisa em caráter local.

O referido capítulo traz também o enfoque para a evasão escolar na EJA no Município de Macapá mostrando como as políticas locais são mobilizadas para servir de suporte para os estudantes das escolas públicas estaduais e os fatores que as escolas da região macapaense precisam considerar para combater a evasão nessa modalidade de ensino.

Com isso, apresenta-se o contexto das escolas do município de Macapá encontrados na literatura, buscando de forma teórica entender os fatores mais frequentes que impactam na desistência dos alunos da educação de jovens e adultos, especificamente da escola pesquisada.

No escopo teórico dos principais autores estão: Brasil (1988); Brasil (2021); Instituto Unibanco (2022); Pierro (2022); Deffacci e Ribeiro (2016); Almeida (2015); Silva (2021); Magalhães (2013); Arroyo (2006); Gomes (2020); Corrêa (2019); Sarmiento e Nascimento (2022) e outros.

O terceiro capítulo se direciona para os dados empíricos da pesquisa de campo em si, trazendo os resultados e discussões necessários para corroborar na proposta de enfrentamento ao problema apresentado na pesquisa e alcance do objetivo geral que é: Compreender de que forma as políticas públicas estão contribuindo para redução da evasão nas escolas estaduais de Macapá na modalidade EJA.

Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam servir para embasar outras políticas públicas no sentido de combater a evasão no município de Macapá e outras regiões do Estado do Amapá.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Entrando na esfera das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, sabe-se a constituição tem assegurada diretrizes bem consistentes para o direito a educação, ainda, existe um apoio para cumprimentos dessas leis de autores especialista na luta de educação da EJA literatura: (ASSIS; BRIGNONI; PIRES, 2016); (). Nessa discursiva, pode-se mencionar algumas discussões extremamente relevantes para a vislumbrar-se esse contexto da EJA na atualidade e ainda nos debruçarmo-nos em algumas linhas da Constituição Federal de 1988. Conforme Assis, Brignoni e Pires (2016) as políticas públicas para a EJA necessitam de ações eficazes por parte do poder público, a fim de proporcionar uma educação emancipadora que realmente possibilite aos indivíduos a capacidade de se constituírem como cidadãos críticos. É possível depreender da afirmação desses autores que a educação da EJA ainda está muito deficitária, isso é perceptível quando se olha para o texto da Constituição (1988), mas ao mudar o foco para a realidade social uma crescente dificuldade do público EJA em permanecer firme no seu processo de educação perdura devido a inconsistências e violações dos seus direitos, o que ainda se conjuntura com substancias preconceitos e desmotivação.

Desde a Constituição Federal de 1988, a legislação prevê o direito à educação para toda a população, inclusive para aquelas pessoas que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, na infância ou na adolescência. Dessa forma, é dever do governo federal, bem como de estados e municípios, assegurar a oferta pública e gratuita de educação escolar para jovens e adultos. Entretanto, apesar da previsão de direitos e deveres, passados mais de 30 anos, as estatísticas nacionais não deixam dúvidas sobre os desafios enfrentados pelo país para assegurar a educação de todos, em especial daqueles que tiveram seus direitos violados quando crianças ou adolescentes. Ademais, nos deparamos com um quadro de retrocessos, em um contexto de ausência de políticas e recrudescimento das desigualdades em decorrência da pandemia da covid-19, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022, p. 1).

Considerando as realidades sociais em nosso país, a desigualdade racial, econômica e de gênero aparece também no perfil das turmas EJA, majoritariamente compostas por pessoas negras e trabalhadoras. Refletir sobre a EJA é pensar no combate às desigualdades sociais e na garantia de direitos estabelecidos pela Constituição Brasileira. O contato com alunos, professores e com a escola da EJA é fundamental para a compreensão e análise das relações construídas nesse espaço. Entender o processo de ensino/aprendizagem em um contexto tão heterogêneo e com variadas especificidades possibilita amplos debates sobre o processo educacional brasileiro, (ASSIS; BRIGNONI; PIRES, 2016). Nesse sentido, a EJA apresenta especificidades, problemáticas e metodologias próprias que não só devem ser visibilizadas,

como também podem inspirar práticas pedagógicas e estratégias de gestão em todo o sistema de ensino, sobretudo no atual contexto de crise econômica e sanitária, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022). Na perspectiva de Assis, Brignoni e Pires (2016) a EJA é composta por diferentes grupos etários, sociais e econômicos, possuidores de infinitas histórias de vida, crenças, valores, atitudes, conhecimentos e formas de pensamento. Indivíduos que, por diversos motivos, foram excluídos do processo de ensino.

[...] a realidade dos jovens e dos adultos que procuram as turmas da EJA é de trabalhadores, pobres, negros, subempregados e oprimidos. Uma vez excluídos do processo de ensino, essas pessoas retornam à unidade de ensino com o objetivo de iniciarem o processo de escolarização ou darem prosseguimento aos estudos, mas à procura de um ensino diferente, que os acolha e não os leve a abandonar a escola novamente, (ARROYO, 2008, s.p.; ASSIS; BRIGNONI; PIRES, 2016, p. 209-210).

Nesse diálogo entre Arroyo (2008) e Assis, Brignoni e Pires (2016), ainda é notório que o contexto da EJA ainda está impregnado pelo descaso, com a visão pejorativa de pena. Essa visão que olha para o público como sendo merecedor das piores posições em diversas áreas da sociedade. Esse ponto deve ser refletivo e veementemente repudiado. Pois, traçar um debate para garantia da educação de todos é olhar como seres humanos na sua natureza dignos de direitos desde o seu nascimento. Com isso, vista muitas vezes como não prioritária, a EJA foi considerada durante as décadas de 80 e 90 como obsoleta, uma vez que a expectativa política era de que os investimentos em uma educação primária eficiente a longo prazo eliminariam sua necessidade. O fato é que, mais de trinta anos depois, a desigualdade social e a ausência de políticas públicas efetivas que promovam a equidade racial e de gênero se traduzem em números ainda preocupantes de analfabetismo entre adultos, evasão e abandono, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022). Assis, Brignoni e Pires (2016), ainda contam o seguinte:

Historicamente, essa modalidade de ensino visa amenizar o processo de exclusão e marginalização de milhares de jovens e de adultos brasileiros. Seja por iniciativas populares ou de Estado, a EJA propõe a diminuição das desigualdades sociais por meio da educação. Muitas vezes, tomou-se como referência apenas a inserção de educandos no mercado de trabalho, não se ofertando o ensino como garantia de direitos, mas como recurso para atendimento aos interesses econômicos, afastando-se, assim, dos movimentos populares que almejam uma educação emancipadora, (ASSIS; BRIGNONI; PIRES, 2016, p. 210)

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2020 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não concluíram a Educação Básica, dentre os quais 71,7% são negros (pretos e pardos). Já em relação às taxas de analfabetismo, apesar de estas registrarem queda geral desde 2016, o país ainda possui 11 milhões de pessoas que não dominam plenamente a leitura e a escrita, (IBGE, 2020). Adiante, a perspectiva sobre a EJA

atualizada é apresentada pelo Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022:

Um consenso entre os pesquisadores do campo da EJA é que a integração entre educação, trabalho e formação profissional é requisito para o sucesso das políticas na área. Assim, os esforços de universalização da educação básica e de ampliação da escolarização da população brasileira para os jovens e adultos ganharam destaque no Plano, com o estabelecimento pela Meta 10 de que, no mínimo, 25% das matrículas da EJA sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional. Todavia, em 2021, apenas 2,2% das matrículas de EJA foram ofertadas de forma integrada à educação profissional, percentual bem distante da meta. Contudo, o indicador no ensino fundamental (1,0%) significou o dobro do verificado em 2020 (0,5%). No ensino médio, também foi registrada uma evolução para 3,8%, em 2021, representando o melhor resultado desde o início da série histórica, em 2013.

A EJA é um espaço que contempla diversas vivências e experiências. Negros, brancos, mulheres, homens, jovens, adultos, idosos, trabalhadores ou desempregados dividem este espaço em busca de melhores condições de trabalho, oportunidades de emprego ou simplesmente sua inserção social e econômica por meio da educação formal, (ASSIS, BRIGNONI e PIRES, 2016). Viero (2007), expõem uma crítica muito relevante e atual ainda nos tempos atuais, ele infere que a formação social que legitima práticas benevolentes de EJA, afinal os analfabetos e pouco escolarizados “são dignos de pena”, portanto, são dignos de ajuda, negando sua condição de sujeito de direito. Essa forma discriminatória de tratar os jovens e adultos reflete-se nas políticas educacionais ao longo da história brasileira até nossos dias. Nela, a educação de adultos tem sido colocada no campo da filantropia como parte de programas de assistência social. A EJA constitui-se como um benefício social, concedido pelo Estado. Desse modo, os direitos sociais são transformados em direitos possíveis, sem a efetivação de políticas públicas que realmente possibilitem o acesso à educação e a formação integral dos sujeitos, tão almejada pelos movimentos populares, (VIERO, 2007).

Uma das características mais evidentes no contexto da educação ofertada para trabalhadores é seu caráter assistencial e compensatório. Desde as mais antigas estratégias de contenção dos gentios pelo trabalho nas oficinas de artes e ofícios, às mais divulgadas campanhas de alfabetização que tiveram início na década de 1940, percebe-se a dificuldade da educação pensada para jovens e adultos trabalhadores alcançar o status de política pública de Estado e ser assumida como direito público e subjetivo, (MACHADO; RODRIGUES, 2013).

De acordo com Machado e Rodrigues (2013), a educação somente se concretizará como política pública de Estado quando houver a efetivação de três elementos fundamentais: “arcabouço legal” – constituição de legislações claras e objetivas que orientem as ações da EJA; “aporte financeiro” – investimentos específicos para ações na EJA, que possibilitem a garantia

de sua sustentabilidade; “ação compartilhada”– desenvolvimento de projetos entre sociedade civil e sociedade política, utilizando as concepções de Estado ampliado. Esses três elementos, aliados à “decisão política” para a transformação dos projetos em políticas de Estado e não de governo, podem possibilitar a garantia do direito à educação.

Teixeira (2002), conceitua “Políticas Públicas” como sendo diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público, ainda, regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. É essencial ter esse conceito bem assimilado, pois adiante é explicitado que este conceito é defendido em duas subdivisões, muito relevantes para este trabalho.

No Brasil, segundo Kerstenetzky (2006), o debate sobre as políticas sociais encontra-se polarizado entre dois estilos, as políticas públicas universais e as políticas públicas focalizadas. As políticas públicas universais são aquelas pensadas e implementadas contemplando todas as pessoas, na garantia de direitos preconizados nas leis vigentes no país. Em outras palavras, são políticas que garantem igualmente, a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de qualquer condicionante prévia, direitos previstos na legislação, (LARIÚ, 2004). Isso nos dá indícios de que neste trabalho, busca-se articulação para uma política focalizada, uma vez que, a evasão escolar será abordada como problemática nacional e municipal nos próximos capítulos. As políticas focalizadas, por sua vez, podem ser definidas como aquelas voltadas para a solução de demandas e/ou problemáticas específicas de determinados indivíduos que se encontram em situação de desvantagem no acesso aos direitos básicos universais. Segundo Saraiva (2004), são políticas desenhadas apenas para amenizar a situação de determinados indivíduos ou, então, as externalidades negativas de determinada política pública. Sob esse ponto de vista, as políticas públicas de/para EJA encaixam-se no campo conceitual delas.

Araújo e Musial (2022), desenvolveram um artigo trazendo um balanço das publicações sobre Políticas Públicas de/para Educação de Jovens e Adultos, eles trazem um diálogo entre os autores: (SOUZA, 2006); (TEIXEIRA, 2022); e (MAINARDS, 2018) no seu bojo teórico, no estudo é revelado a complexidade que envolve a análise das políticas públicas de/para EJA, em decorrência das nuances e multiplicidades de categorias e temas associados. Nesse sentido, apresenta-se alguns desses aspectos para discussão e reflexão.

A EJA é uma modalidade da Educação Básica que busca atender as demandas de pessoas jovens e adultas que não tiveram acesso à escola, ou não concluíram essa etapa da

escolaridade na idade correspondente. Ela é uma modalidade de ensino que tem ocupado lugar secundário nas políticas educacionais, tanto do ponto de vista do financiamento quanto da formação de professores, da produção de materiais didáticos apropriados e, sendo um campo em consolidação, é aberto para todo cultivo, como ressalta Arroyo (2006). Desde a Constituição Federal de 1988, essa modalidade de ensino se constitui como direito público subjetivo, adquirindo funções reparadora, equalizadora e qualificadora desde as Diretrizes Curriculares Nacionais, em 2000, (BRASIL, 2000).

Apresenta-se o documento adiante, trançando posteriormente algumas reflexões e discussões para entendimento de sistema de oferta da modalidade EJA:

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de educação.

[...]

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

Art. 6º Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos.

Parágrafo único. Fica vedada, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, a matrícula e a assistência de crianças e de adolescentes da faixa etária compreendida na escolaridade universal obrigatória, ou seja, de sete a quatorze anos completos.

Art. 8º Observado o disposto no Art. 4º, VII da LDB, a idade mínima para a inscrição e realização de exames supletivos de conclusão do ensino médio é a de 18 anos completos.

Parágrafo único. As instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

Parágrafo único. Cabe aos poderes públicos, de acordo com o princípio de publicidade:

a) divulgar a relação dos cursos e dos estabelecimentos autorizados à aplicação de exames supletivos, bem como das datas de validade dos seus respectivos atos autorizadores.

Art. 18. Respeitado o Art. 5º desta Resolução, os cursos de Educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino fundamental deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Art. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

Parágrafo único. Na organização curricular, competência dos sistemas, a língua estrangeira é de oferta obrigatória nos anos finais do ensino fundamental. (BRASIL, 2000).

Entende-se que a resolução dos problemas enfrentados na EJA vai além das ações governamentais, visto que é necessário reconhecimento de nossa responsabilidade na promoção de uma educação inclusiva, que garanta uma formação plena dos indivíduos. É preciso reconhecer a EJA como uma modalidade de ensino que tem suas especificidades, (MACHADO; RODRIGUES, 2013). Esse ponto que os autores Machado e Rodrigues (2013), trazem para contribuir na reflexão traçada por esta dissertação está sendo consonante ao parágrafo único da Resolução CNE/CEB de 1 de julho de 2000, que pontua os aspectos relacionados a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio. Então, é preciso que as instituições passem a ter o desejo no setor local de políticas para ofertar esses cursos EJA, é preciso promover mais pesquisas com dados científicos relevantes para chamar a atenção das políticas públicas locais, entendendo o perfil específicos e as necessidades desses alunos.

A EJA não tem políticas educacionais bem definidas e Di Pierro (2010) relata o descaso com essa modalidade de ensino no PNE 2001 – 2010. Segundo a autora, era recomendado que os estados e municípios financiassem a EJA com recursos não capturados do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o que significa que a EJA não tinha recursos próprios, desestimulando os gestores a ampliarem as matrículas na modalidade e fazendo com que a EJA tivesse pouca evolução nessa década. Para a efetivação de políticas públicas para EJA Di Pierro (2010), enfatiza que é necessário um olhar atento de toda a população e comunidade educacional, pois, apesar de propor um cenário animador para a EJA, a falta de prioridades em relação às ações que devem ser executadas dificulta a formulação de ações que efetivamente confirmam a identidade que essa modalidade de ensino exige, pois é preciso pensar em uma EJA que tenha financiamento bem definido, material apropriado, professores preparados, metodologias de ensino adequadas, entre outros inúmeros fatores.

A análise dos artigos publicados nos periódicos do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos últimos 20 anos (2000-2019), evidencia que, embora com algumas limitações conceituais e metodológicas, houve avanços importantes no campo das políticas públicas de/para EJA, principalmente a partir dos anos 2000, (ARAÚJO; MUSIAL, 2022). Conforme a análise da Ação Educativa, associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude, na perspectiva dos direitos humanos, quando cumpridos, à época, os 100 primeiros dias do governo atual,

registra várias incertezas para a Educação de Jovens e Adultos. Para além da extinção da SECADI, que era responsável pelo desenvolvimento das ações para a EJA, também foi extinta a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que reunia representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil para assessoria junto ao Ministério da Educação – MEC, (AÇÃO EDUCATIVA, 2019).

Embora as primeiras políticas públicas de/para EJA comecem a ser implementadas a partir da década de 1950, é a partir da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 2020), que a Educação passou a ser considerada um direito público subjetivo, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à escola na infância e adolescência. Na década de 1990, no bojo das políticas neoliberais, as políticas focalizadas tiveram prioridade, principalmente aquelas voltadas para o público de 7 a 14 anos, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). No campo da Educação de Jovens e Adultos, essa década ficou marcada, por um lado, por políticas compensatórias, voltadas para a diminuição do índice de analfabetismo no país, baseadas no voluntarismo e na solidariedade; e por outro, pelo entendimento da EJA como direito público subjetivo, pela luta social para inclusão dessa modalidade no financiamento público, bem como pela ampliação da sua oferta nos diferentes níveis e etapas da escolarização e em diferentes sistemas e redes de educação, (ARAÚJO; MUSIAL, 2022).

A partir da segunda metade da década de 1990, há uma nova reconfiguração do público atendido pela EJA. De acordo com os estudos de Haddad e Di Pierro (2000, p. 126), o desafio da expansão do atendimento na educação de jovens e adultos já não reside apenas na população que jamais foi à escola, mas se estende àquela que frequentou os bancos escolares, mas neles não obteve aprendizagens suficientes para participar plenamente da vida econômica, política e cultural do país e seguir aprendendo ao longo da vida. A distorção idade/série constitui-se como um dos principais fatores para a expansão da EJA para um público cada vez mais jovem. Sobre isso, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001) observam que cada vez que se amplia a escolaridade mínima obrigatória, um novo contingente de jovens e adultos fica com uma escolaridade inferior àquela a que todo cidadão tem direito. Eis a busca por maiores níveis de escolarização.

Para Di Pierro (2005), entre as motivações para a busca de maiores níveis de escolarização após a infância e adolescência, destacam-se as múltiplas necessidades de conhecimento ligadas ao acesso aos meios de informação e comunicação, à afirmação de identidades singulares em sociedades complexas e multiculturais, assim como às crescentes exigências de qualificação de um mundo do trabalho cada vez mais competitivo e excludente.

Esse cenário descrito pela autora está em curso no Brasil, e as demandas, incluídas as da EJA, fazem parte de um cenário ainda pouco conhecido.

A concepção do trabalho como princípio educativo é a base para a organização e desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale a dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la. Equivale a dizer, ainda, que é sujeito de sua história e de sua realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica porque garante a existência, produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na base da construção de um projeto de formação está a compreensão do trabalho no seu duplo sentido, ontológico e histórico. (Resolução CNE/CEB 6/12, p. 42)

O Trabalho como princípio educativo deve considerar o lado: humanista, que pressuposição de que todos devem ter igualdade de oportunidades e que o conhecimento precisa ser um instrumento para qualificar as relações humanas. Emancipatório: para formação das pessoas com olhar crítico e capazes de compreender a complexidade dos contextos com os quais se relacionam, em especial em relação ao entendimento de princípios científicos e tecnológicos dos processos produtivos. Formação integral: para formação dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural –, alinhada a um projeto coletivo, pautado por princípios democráticos. Formação geral e prática profissional: para integração da formação geral, baseada nas diferentes áreas de conhecimento, com a formação técnica profissional específica, levando em conta o projeto de vida dos estudantes e suas possibilidades de atuação e de transformação social. Aprendizagem ao longo da vida: para ampliação dos espaços e dos tempos de formação, tendo como base a formação continuada, que acontece por muitos anos, (BAZZONI, SCHOEPS, BORGES et al.).

A partir das mudanças implementadas na legislação educacional brasileira, através da Emenda Constitucional nº 59/2009 (BRASIL, 2009), que assevera a universalização da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assim como assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, certamente trarão à realidade a ampliação de demandas, problemas e questões envolvendo todo o contexto da educação pública brasileira, e com isso, envolvendo também o contexto da EJA.

Considerando a ampla discussão no campo das políticas públicas em todas as dimensões sociais, é consenso entre os pesquisadores a necessidade de uma ampla discussão em torno de um novo pacto federativo. Um dos temas nesse debate atual, em torno desta

repactuação, diz respeito ao reconhecimento de que as políticas sociais, contemplando neste caso a educação, saúde, assistência aos vulneráveis, na prática, ocorrem no âmbito dos municípios. Entretanto, na contramão desta realidade, a maior fatia dos recursos arrecadados continua concentrada sob a administração do Governo Federal. Correlacionado a isso, pode-se afirmar que, por extensão, a oferta da EJA, na maior parte do tempo marginalizada entre as ofertas da Educação Básica, também sofre os reflexos do apagamento social identificado no decorrer desta pesquisa.

As análises das políticas educacionais da EJA relacionadas à gestão municipal ainda é tema pouco recorrente. Em meio às arenas de disputas que se estabeleceram no contexto de retrocesso e obscurantismo da educação pública, e no caso da EJA com agravos irreparáveis, os estudos sobre as políticas públicas demonstram uma estratégia de reafirmação dos direitos.

Como observam Moura e Ventura (2018), pode-se constatar, no contexto político e social atual, que as políticas públicas e as práticas pedagógicas voltadas para a educação de pessoas jovens e adultas trabalhadoras estão em permanente disputa, que se constroem cotidianamente, nas relações sociais, políticas econômicas e culturais, e expressam diferentes projetos e concepções de homem e de sociedade.

3 O DESAFIO DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A evasão e o abandono escolar são um grande problema relacionado à educação brasileira. As metas estipuladas pela Constituição Federal de 1988, que determinam a universalização do ensino fundamental e a “erradicação” do analfabetismo, ainda não se concretizaram, mesmo sendo a educação um direito garantido e determinado em seu art. 6º. Neste, a educação – juntamente com moradia, trabalho, lazer, saúde, entre outros – constitui um direito social (BRASIL, 1988), apesar de apresentar deficiências e desagregação entre as diferentes regiões do país.

A Agência Brasil (2021), apresenta alguns dados preocupantes em relação a evasão na modalidade EJA no Brasil. A EJA registrou uma queda de matrículas acentuada, de 8,3% em relação ao ano anterior. No período, foram 270 mil estudantes a menos nas salas de aula. A redução ocorreu tanto na EJA de nível fundamental (-9,7% com a redução de 187,4 mil matrículas) quanto na de nível médio (-6,2% com a redução de 83,5 mil matrículas). O levantamento indica que 1,5 milhão de estudantes de 14 a 17 anos não frequentam a escola.

O Instituto Unibanco (2022), colabora com demonstrativos de estatísticas atualizadas na modalidade EJA para nítida compreensão que o problema da evasão vem crescendo nos últimos anos, ainda, reduzindo-se verbas públicas para investimento na ampliação da modalidade em instituições educacionais públicas.

Ao observar a série histórica, compreende-se que as matrículas da modalidade vêm diminuindo sistematicamente desde 2017, dado que acompanha a sistemática queda nos investimentos públicos. O agravamento desses índices entre 2019 e 2020 apontam para a deterioração do contexto em razão da pandemia de covid-19. Em 2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou a menor verba dos últimos anos para a EJA, R\$ 25 milhões. Em 2019, dos R\$ 74 milhões previstos, foram executados apenas R\$ 16,6 milhões. Um levantamento do Sistema Integrado de Operações (Siop) demonstra que esses são os menores investimentos da década, bem aquém dos R\$ 1,6 bilhão investidos em 2012, por exemplo, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

O que os dados indicam é que o direito à educação permanece sendo violado e sua restauração se torna ainda mais vital no atual contexto, frente às crises sanitária e econômica. Há uma necessidade urgente de desenvolvimento de políticas públicas que atendam o público da EJA de forma diferenciada, compreendendo suas especificidades, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

As últimas décadas demonstraram que apenas investir na educação primária não é a solução, é preciso pensar quais grupos têm seus direitos mais violados – sobretudo pessoas negras, trans e com deficiência – e construir uma agenda integrada de práticas e estratégias pedagógicas efetivas, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Nesse contexto, é primordial explicar sobre os índices de analfabetismo no Brasil. No Brasil, de acordo com dados do IBGE, cerca de 11 milhões de pessoas são analfabetas, problemática social que perdura desde o século passado ainda sem um conjunto robusto e articulado de políticas públicas adequadas. Contudo, alguns esforços das políticas educacionais têm surtido efeitos, sobretudo nas últimas décadas. A modalidade de ensino com foco na juventude e na idade adulta busca restaurar o direito ao acesso à educação e à aprendizagem violados durante a infância e a adolescência, um dos principais causadores dos índices de analfabetismo no Brasil, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Entre as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), por exemplo, está o desafio de aumentar em até 25% o nível de escolaridade da população com oferta de Educação de Jovens e Adultos diminuir a taxa de analfabetismo e alfabetismo funcional - que consiste na habilidade de reconhecer/identificar letras, número e palavras associada a dificuldades para interpretação/redação textual e realização de operações matemáticas simples - e ampliar a oferta de matrículas da modalidade articulada à educação profissional.

Além disso, o plano estabelecia que, até o fim de sua vigência, 25% das matrículas da EJA deveriam estar vinculadas à educação profissional. Em 2014, apenas 2,8% estavam vinculadas e, em 2020, esse índice diminuiu para 1,8%. Assim, nenhuma das metas foi atingida em 2020, um ano que foi ainda mais desafiador dado o agravamento das desigualdades sociais e econômicas em decorrência da pandemia de covid-19.

Os estudantes dessa modalidade têm em comum a violação de um direito fundamental ainda na infância ou adolescência, de modo que seu perfil demográfico está entrelaçado ao de outros grupos historicamente discriminados, como pessoas negras, com deficiência e trans e travestis. Com efeito, as turmas de Educação de Jovens e Adultos são heterogêneas e sua proposta político-pedagógica deve ser igualmente diversa, capaz de incorporar as diferentes demandas e particularidades sociais, étnicas e culturais.

Pierro (2022), da Faculdade de Educação da USP, em entrevista para a TV Univesp, debateu esses desafios das políticas públicas para EJA na atualidade. Segunda a pesquisadora, a EJA ocupa um lugar secundário nas políticas educacionais, que ainda estão tomadas pela demanda de universalização da garantia de acesso e qualidade da aprendizagem de crianças e adolescentes. A despeito dessa tendência geral, Pierro indicou que, na primeira década do

século 21, há uma mudança discursiva, que passa a considerar a EJA como uma dívida social histórica. Isso tem como principais consequências a inclusão da Educação de Jovens e Adultos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e no cálculo para merenda e transporte escolar e o desenvolvimento de material didático próprio, (PIERRO, 2022).

A EJA deveria ter um lugar de prestígio na escola de Educação Básica desde que a Constituição de 1988 reconheceu esse direito aos cidadãos com mais de 14 anos que não tivessem tido a escolaridade obrigatória no país por ocasião da sua infância e adolescência, que esse direito educativo violado fosse restaurado na juventude ou na idade adulta. Esse direito está consagrado na Constituição, reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e previsto nos Planos Nacionais de Educação (PNE). Toda a legislação brasileira ancora esse direito e, portanto, as escolas estão já há muito tempo desafiadas a garantir aos jovens e adultos o acesso apropriado, (PIERRO, 2022).

Apesar de toda a base legal do acesso à educação na juventude e na idade adulta, essa modalidade permanece, nas palavras da pesquisadora, quase como uma “inquilina pouco confortável”, sobretudo porque ainda não há uma cultura consolidada de educação de adultos nas escolas. A EJA é uma modalidade de ensino que cumpre um dever legal do Estado e, por conseguinte, não deve ser vista como filantropia ou “ação social”. Para alguns especialistas, essa percepção errônea é um dos maiores entraves para a concretização de uma política pública mais eficaz, (INSTITUTO UNIBANCO).

Silva (2021), destaca que com a ideia de que ausência de cultura e falta de inteligência estavam diretamente relacionadas, passa-se a culpar os analfabetos pelo pouco desenvolvimento do país. Em conformidade com Deffacci e Ribeiro (2016) compreendem-se esses sujeitos como aqueles que não têm a capacidade de codificar e decodificar a fala em escrita, e vice-versa, isto é, de não saberem ler e escrever. Devido a isso, surgiram diversas campanhas e ações governamentais com a proposta de, em curto prazo, ensinar a ler e a escrever – alfabetizar –, as quais tinham um único objetivo: erradicar esses índices.

Para os autores, entretanto, os desafios que se depositam para a alfabetização é certamente a inserção dos indivíduos na cultura escrita, por isso, deve-se refletir sobre as práticas que dão ênfase aos usos da leitura e da escrita e não somente sobre as práticas decodificação. Conforme destacam Deffacci e Ribeiro (2016), ao se referirem aos programas governamentais esclarecem que, nesse sentido, muitos programas governamentais de curta duração são criticados, pois reconhecem apenas a importância do processo de escolarização, e não de aprendizagem, não levando em consideração as particularidades de cada sujeito.

Boa parte do alunado da Educação de Jovens e Adultos está inclusive, à procura da identidade como sujeito, carece de se perceber no contexto do qual faz parte. Daí é imprescindível contextualizar as aulas, usando acontecimentos cotidianos para “linkar” o saber construído com as vivências pessoais e o saber acadêmico, levando em conta as percepções do aluno. Ainda, diversas discussões já foram realizadas sobre erradicar o analfabetismo a partir da EJA. De fato, ainda se tem muito a fazer com essa temática, mas a modalidade suscita todos os dias concepções dos sujeitos nelas presentes, propiciando novos debates pertinentes à sua melhoria. De acordo com os autores não se deve descartar a acessibilidade, qualidade e adequação das necessidades dos indivíduos nela presentes, (SILVA, 2021).

O conceito de “saber de experiência feito”, elaborado por Paulo Freire, refere-se exatamente aos saberes acumulados pelos estudantes fora do espaço escolar, que devem ser valorizados e celebrados ao longo do processo pedagógico, sem ser menosprezados como inferiores ao saber científico. Reconhecer e valorizar as trajetórias, saberes e fazeres diversos de jovens e adultos contribui para a formação de competências socioemocionais, fortalecendo práticas pedagógicas dialógicas e democráticas. A EJA apresenta possibilidades que não se limitam às especificidades da sua modalidade, podendo inspirar estratégias de ensino em toda a educação, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Gadotti (2007), destaca que vem aumentando de forma consistente o número de pessoas elegível de ser atendida na modalidade de ensino EJA. As características predominantes desses alunos que necessitam dessa modalidade de ensino destacam-se aqueles alunos que não puderam frequentar a escola em idade própria (escola negada), seja porque fracassaram no ensino regular (escola abandonada), devido as sucessivas repetências e evasões.

Igualmente entende-se que a EJA, tornou-se uma modalidade de educação que pode ajudar o aluno a compensar o tempo perdido, bem como a desigualdade social e outros fatores de ordem socioeconômica, assim sendo a EJA, vem a cada dia mostrando sua importância e potencialidade para a sociedade.

Durante muito tempo a educação vem se moldando e buscando atender às mais variadas situações que envolvem o aluno. Desde a sua realidade social, até as necessidades especiais. Desde as primeiras ideias relacionadas à educação no Brasil, que sempre surge relatos de desigualdade social e de pessoas desprovidas do seu direito constitucionalmente garantido por lei. Na busca por melhor tentar minimizar tais problemas relacionados à desigualdade social e atingir àqueles que precisam terminar seus estudos.

Almeida (2015), destaca que a história da EJA, no Brasil foi permeada por várias ações e programas relacionados à educação básica e, em especial, aos programas de

alfabetização, visando, dessa forma, combater o analfabetismo. Apesar de muitas ações direcionadas aos alunos da modalidade EJA, observa-se uma pequena quantidade de incentivos para a profissionalização. Por outro lado, houve um incentivo à aprendizagem da leitura e da escrita para que os jovens pudessem votar. O estímulo à alfabetização trouxe também novas exigências econômicas para que os alunos pudessem apreender elementos básicos e rudimentares da cultura letrada.

Silva (2021), esclarece alguns aspectos relevantes sobre a evasão escolar na EJA, a educação no Brasil, desde tempos remotos, era uma condição para poucos. Historicamente a evasão escolar vem se perpetuando durante esse tempo todo, haja vista que fatores influenciáveis tanto os de ordem internas (Escola, Bullying etc.) quanto os de ordem externa (família, meio social e cultural), podem ser determinantes para a desistência ou não dos estudos.

Numa outra perspectiva relacionada à evasão escolar, muito se fala em metodologias, práticas docentes, formação continuada dos professores. Percebe-se a importância do professor para essa modalidade de ensino, mas cabe, porém perguntar se o êxito dessa modalidade de ensino e os problemas da evasão escolar na EJA estão diretamente ligados aos fatores educacionais, pois se despreza fatores externos bastante relevantes para que aconteça a evasão escolar.

Pergunta-se, no entanto, se as mesmas condições de décadas passadas são as mesmas dos dias atuais, e quando se fala em evasão escolar cabe, buscar respostas para tentar entender quais os fatores internos ou externos poderão refletir nessa evasão escolar por parte dos alunos, que se dá não apenas na modalidade, mas também em outras modalidades como no ensino médio e ou até mesmo nas universidades.

Magalhães (2013), informa que a evasão escolar na EJA, permite pensar em vários enfoques relacionados ao ensino dessa modalidade de ensino e à evasão escolar. Nesse sentido, percebe-se que ainda falta pleno reconhecimento da sociedade, para que essa modalidade de ensino seja bem-vista pelos alunos e demais pessoas que dela precisam.

Igualmente entende-se que, constantemente, fala-se sobre o currículo e a formação continuada para dar ênfase aos professores que atuam na EJA, destacando as dificuldades enfrentadas pelos alunos em frequentar a escola, assim sendo, isso nos remete a pensar como estruturar tais situações advindas dessa modalidade de ensino. Somam-se as colocações apontadas por Magalhães (2013), os fatores que tradicionalmente aparecem em destaque como, por exemplo, a falta de interesse.

É bem sabido que a educação deva ser atraente e desperte no aluno vontade em aprender, mas, nesse sentido, fatores que apresentam desinteresse não devem estar direcionados

à falta de habilidades do professor, ou mesmo condenar sua prática, haja vista que são inúmeros os fatores que podem contribuir para a falta de interesse do aluno em estudar.

Para Arroyo (2006), reflete que o olhar rotulador sobre os alunos EJA além de prejudicar ainda mais sua situação, aumenta a exclusão. Segundo o autor precisa-se entender que antes do que portadores de trajetórias escolares truncadas e negadas devido sua condição social, eles e elas carregam consigo trajetórias perversas de exclusão social, vivenciaram trajetórias onde houve a negação dos seus direitos mais básicos à vida, ao afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e a sobrevivência.

Entende-se que, superar as dificuldades, não é tarefa fácil, além de reconhecer que uma vez sendo alunos evadidos ou excluídos da escola a educação é um direito de todo cidadão. Do ponto de vista relacionado à evasão escolar, atualmente muitos dos fatores que envolvem o meio sociocultural do aluno, parece ser um ponto a ser considerado sobre a evasão escolar. Antes era a desigualdade social em que só para alguns e poucos a educação era direcionada. Depois de muitos anos, com políticas públicas e projetos que tentaram mudar o panorama da educação no Brasil e conseqüentemente da evasão escolar. Nos dias atuais, existe uma propaganda enganosa que busca despertar no aluno a ideia que se tem que viver o momento atual e que o futuro deve ficar em segundo plano.

Para Silva (2010) o visível desinteresse pela escola também é um fator que vem ocasionando as desistências de muitos alunos da escola regular, e com isso torna-se crescente mais tarde o número de alunos na modalidade de ensino o EJA, na tentativa de poder recuperar o tempo perdido e assim poder terminar os seus estudos. Ainda conforme o autor torna-se importante incluir nessa análise a fragmentação do conhecimento escolar e dos conhecimentos necessários para aquela fase de sua vida, e assim sendo tais fatores podem acarretar uma possível desistência dos estudos.

Ao longo da história de educação, a modalidade de ensino EJA, no decorrer da história, após muitas lutas enfrentadas e muitas tentativas de mudanças, foram sendo construídas estruturas para uma educação que pudesse atender a uma população de jovens e adultos cada vez maior. Entende-se que muito há para se fazer no que diz respeito à educação de jovens e adultos, pois há muito o que se conquistar para alcançarmos mudanças de paradigmas alienadores, para obtermos como resultado cidadãos pensantes, atuantes, críticos e ativos na sociedade que tem essa necessidade latente.

As maiores ameaças atuais ao direito à educação são exteriores à educação em sentido estrito. A esmagadora maioria de alunos da EJA integra grupos sociais mais vulneráveis em decorrência de problemas de caráter socioeconômico, são vítimas de desemprego e da

consequente perda de renda. As pessoas são submetidas a condições muito perversas de trabalho, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Esse é o cenário enfrentado pelos gestores e profissionais da Educação de Jovens e Adultos atualmente em nosso país. Para além de uma agenda integrada de políticas públicas, necessária e urgente, é preciso também reconhecer os esforços de algumas redes, cujas estratégias apontam caminhos possíveis para a garantia e a restauração de direitos, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Uma característica primordial da Educação de Jovens e Adultos: o fato de ter como objetivo a restauração de direitos violados implica uma maior necessidade de integração das políticas públicas. O estudante que retorna na juventude ou na idade adulta na maior parte das vezes enfrenta situações de risco e vulnerabilidade social que não podem ser ignoradas, sobretudo no contexto pandêmico, (INSTITUTO UNIBANCO, 2022).

Gomes (2020), defende que as políticas de desenvolvimento regional precisam levar em consideração os cidadãos que vivem na região e trabalham gerando a riqueza, no sentido de desenvolver e aproveitar seus potenciais criativos e de distribuir a riqueza gerada em forma de melhoria de vida. Para que isso seja possível, tanto a elaboração das políticas quanto a distribuição com equidade precisam de conhecimento sobre os sujeitos que se relacionam entre si como indivíduos e como grupos no espaço regional.

No caso EJA, fatores como: idade, evasão escolar, trabalho, família se entrelaçam exigindo uma atenção especial para os sujeitos que dela participam, pois, tais sujeitos têm história de vida significativa, estão inseridos de alguma forma no mundo do trabalho, têm uma identidade cultural e cumprem ativamente vários papéis sociais como pais, mães, esposos e eleitores.

Ao referir-se à EJA, Gomes (2005) destaca que se trata de processo que envolve política e práticas dirigidas aos educandos dessa modalidade de ensino e que se realiza fora e dentro da escola, lembrando também que tais sujeitos em aprendizagem vivenciam múltiplas e diferentes experiências sociais e humanas. Tais experiências vivenciadas individual e coletivamente são apreendidas e significadas de forma subjetiva, denotando o caráter especial da percepção, ou seja, de como as vivências/experiências são significadas e o que elas provocam enquanto consciência que atua no mundo.

Gomes (2020), apresenta a percepção de que toda e qualquer experiência é significada de forma subjetiva ainda que seja vivenciada coletivamente. Essa significação é filtrada no estágio da percepção que, por sua vez, é condicionada pelas crenças e experiências já vividas do indivíduo. Tal situação põe em questão a importância e a necessidade do diálogo,

como forma de entendimento e comunicação entre os sujeitos na construção de um projeto de interação, de vida coletiva e de compartilhamento, capaz de remover preconceitos.

É pertinente destacar que quando se fala em EJA, está-se referindo a um grupo social que não concluiu a educação básica na idade própria. Nele incluem-se, os que foram excluídos do sistema de ensino ou não concluíram as etapas da educação básica na idade considerada regular, de 14 (quatorze) anos para o ensino fundamental e 17 (dezessete) anos para o ensino médio. Ainda, o perfil dos educandos da EJA – Ensino médio são jovens e adultos, homens e mulheres, que pertencem a uma determinada classe social: a de trabalhadores e trabalhadoras que recebem as menores remunerações na divisão social do trabalho, pelas tarefas que realizam, muitas vezes sem qualquer amparo legal quanto a direitos trabalhistas e previdenciários.

Esses discentes entrelaçam as relações de trabalhadores com os provimentos familiares, além de serem pais e mães. Devido à falta de políticas públicas, enfrentam necessidades básicas de moradia, transporte, assistência à saúde, trabalho gerador de renda, fatores que contribuem para estigmatizar ainda mais o público da EJA, (CORRÊA, 2019).

Esses jovens foram expulsos do sistema educacional, ou tiveram negado o acesso a ele. Lutam para manterem-se no sistema escolar e avançar na escolaridade. Segundo Corrêa (2019) o ensino não os ajuda a construir uma visão crítica da sociedade onde vivem e participam, tampouco lhes auxilia na capacitação técnica para qualificar sua atividade laboral.

A instituição de ensino não deve se limitar preocupando-se em apenas alfabetizar esses alunos. É necessário utilizar estratégias metodológicas diferenciadas e incentivadoras pelos professores da EJA, para oferecer os fundamentos do desenvolvimento do jovem e do adulto que auxiliam na melhoria dos aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, através do processo de letramento a ser mediado pelo professor no contexto da sala de aula.

Quanto à organização curricular da educação básica, a LDB (art. 26) estabelece que os currículos da educação básica (no ensino fundamental e no ensino médio) compreendem uma base nacional comum a ser adotada por todos os sistemas de ensino e uma parte diversificada que contemple as características regionais e locais (relativas à sociedade, à cultura, à economia e à clientela), referentes aos respectivos sistemas de ensino. Esse artigo se refere ao que se deve considerar a realidade do educando, (SARMENTO e NASCIMENTO, 2022).

Seguindo as normas das orientações gerais da LDBEN cabe aos sistemas de ensino definirem, em seu âmbito, a estrutura, o currículo, a proposta pedagógica e o devido acompanhamento, tendo por base também as diretrizes curriculares para a educação de jovens

e adultos. A própria instituição de ensino pode variar a estrutura e duração do curso obedecendo à legislação educacional, (SARMENTO; NASCIMENTO, 2022).

Para isso, é necessário que as propostas curriculares e os conteúdos elencados para planejamento devam ser respaldados e orientados considerando os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para os anos do ensino fundamental e para o ensino médio. Que são medidas que irão proporcionar elementos que propiciam a elaboração e implementação de propostas curriculares adequadas às especificidades dos alunos dessa modalidade de ensino, (SARMENTO; NASCIMENTO, 2022).

A educação de jovens e adultos é um direito obrigatório garantido por lei, considerando as experiências não-formais que inclui no currículo vivências e práticas de forma a permitir a interação e o diálogo entre os educandos. O conceito de educação de jovens e adultos vai se movendo na direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer exigências à sensibilidade e a competência científica dos educadores e educadoras. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores de que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular, (GADOTTI, 2003 *apud* SARMENTO; NASCIMENTO, 2022).

No contexto amapaense, o ensino voltado para a modalidade EJA apresenta-se pela organização dos programas elaborados pela DIEJA, (Divisão de Educação de Jovens e Adultos) da Secretaria de Educação do Estado do Amapá e tem como objetivo oportunizar escolarização a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular no devido período, elaborando propostas de planos e projetos voltados para a EJA, coordenando e controlando a melhoria do ensino e, finalmente, promovendo estudos visando detectar as necessidades de atendimento de sua clientela, (AMAPÁ, 2013 *apud* SARMENTO; NASCIMENTO).

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem a prerrogativa fundamental a construção de práticas educacionais e a formulação de políticas públicas para uma educação de qualidade, igualitária e que atenda ao desenvolvimento social do ser humano. Além de implementar programas e viabilizar recursos que garantam desenvolvimento educacional. Trabalha na valorização das práticas pedagógicas considerando saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, (AMAPÁ, 2022).

A rede estadual de ensino conta, atualmente, com 398 escolas atendendo às modalidades fundamental I e II, ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A SEED está subdividida nas seguintes áreas de atuação: Recursos Humanos, Rede Física,

Políticas Educacionais, Gestão de Apoio ao Estudante, Educação Básica e Profissional, Pesquisa Educacional, Finanças e Contabilidade e Educação Específica, (AMAPÁ, 2022).

Em 2019, O II Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos: “Em defesa dos direitos da educação ao longo da vida” reuniu, alunos, professores, gestores e pedagogos das escolas que ofertam Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Amapá. No auditório do Sebrae, em Macapá, eles falaram sobre os desafios do ensino. Realizado pelo Núcleo de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação (NEJA/SEED), o evento contou com palestras, informes e questionamentos que visam construir ações para melhorar as escolas que trabalham com a EJA, (AMAPÁ, 2019).

De acordo com a coordenadora do NEJA, uma das propostas para o ano letivo de 2020 é reduzir o tempo do estudante na escola, diminuindo a carga horária de quatro para três horas diárias na matriz curricular, oferecer as disciplinas por módulo e, também, ofertar ensino profissionalizante. No Amapá, há mais de 14 mil estudantes matriculados na EJA, e um problema grave de evasão escolar. Em média, por ano, 25% dos alunos desistem de estudar, (AMAPÁ, 2022).

A proposta é para que eles fiquem na escola, e, também, diminuir o tempo do estudante na sala de aula, já que muitos são pais e mães de família, que trabalham nos outros horários. Por isso, uma nova matriz curricular foi elaborada e enviada para o Conselho Estadual de Educação avaliar conforme a coordenadora, (IET, 2022).

Em março de 2022, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) do Amapá realizou aula inaugural do Programa EJATEC, com oferta de formação técnica e profissional para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da sua rede pública de ensino. O programa é uma ação da SEED em parceria com o Itaú Educação e Trabalho - IET, que busca reverter o alto índice de evasão de estudantes da EJA. Cerca de 180 alunos serão contemplados nesta primeira etapa de formação, (IET, 2022).

As unidades de ensino escolhidas para a fase piloto foram a Escola Estadual Ruth Bezerra e o Centro de Ensino Supletivo Paulo Melo, ambos localizados em Macapá. Inicialmente, foram oferecidos cursos técnicos na área de informática e comunicação, na modalidade semipresencial. O estudante cursará o Ensino Médio na modalidade EJA integrado à Educação Profissional, com duração mínima de dois anos, e sairá com o diploma do Ensino Médio com Habilitação Técnico-Profissional, além de atuar na implementação do programa, o IET preparou um material de apoio gratuito para a formação de educadores para o EJATEC. São dois cadernos dedicados ao desenvolvimento de estratégias didáticas e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas, (EIT, 2022).

A EJATEC, que articula a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), é importante para esses estudantes porque lhes proporciona resultados positivos de trabalho e de transformação de vida. Ao conciliar a formação geral com a técnica e profissional, a EJATEC contribui para a formação integral e integrada e, ao mesmo tempo, colabora para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida. Possibilita também àqueles e àquelas que retomam os estudos abrir novos horizontes para prosseguir aprendendo ao longo da vida, (BAZZONI; SCHOEPS; BORGES *et al*, 2021).

O empenho para a integração da EJA e da EPT como condutora do desenvolvimento desses estudantes é necessário e urgente. Isso porque, embora a educação básica pública seja um direito de todos e tenha avançado bastante no país nos últimos 30 anos, essa universalização ainda se encontra distante de ser alcançada. Basta observarmos as baixas taxas de escolarização da população brasileira de 15 anos de idade ou mais, sobretudo entre os mais vulneráveis, que é resultado de repetências, evasão e abandono escolares ou falta de acesso aos estudos. Essa interrupção na trajetória de aprendizagem gera impactos negativos na vida adulta, que têm impedido milhões de brasileiros de acessar seus direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, (BAZZONI; SCHOEPS; BORGES *et al.*,2021).

A EJA necessita ser ofertada como um modelo pedagógico próprio, que atende às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. Tal oferta pressupõe o reconhecimento desses alunos como sujeitos autônomos, culturalmente diversos e com larga experiência de vida, assim como uma formação adequada às suas condições socioambientais e aspirações. A EJA não é, nem deve ser, uma compensação ou reposição do ensino formal que foi abandonado, (BAZZONI; SCHOEPS; BORGES *et al.*,2021).

Em outras palavras, significa uma educação que promova adultos autoconfiantes e autodeterminados, que participem do universo do trabalho e atuem como sujeitos na sociedade. Sendo assim, não se pode meramente reproduzir, na EJA, aquela escola dirigida a crianças e adolescentes, desconsiderando-se experiências já vivenciadas, identidades, conhecimentos e contextos de vida dos jovens e adultos, aos interesses, demandas e possibilidades desses estudantes, cujas trajetórias educacionais são repletas de fragmentações, abandonos e exclusões, mas também de experiências ricas e diversas. Práticas pedagógicas sem sentido e ineficazes precisam ser evitadas, pois muito provavelmente fizeram parte dos motivos de evasão de uma parcela expressiva dos estudantes da EJA. Desse modo, uma nova dinâmica de ensino e de aprendizagem precisa ser estabelecida para recriar as relações com o saber, com o aprender e com a escola, (BAZZONI; SCHOEPS; BORGES *et al.*,2021). A proposta pedagógica do EJATEC é muito adequada ao público da EJA, principalmente para o Amapá

Figura 1 - Proposta pedagógica do EJATEC



Fonte: (BAZZONI, *et.al*, 2021).

Portanto, boa parte dos estudantes da EJA já tem algum contato com o mercado de trabalho, seja formal ou informal, e com base em suas histórias de vida trazem consigo um olhar próprio a respeito de si mesmos e dos outros, sendo necessário que suas experiências sejam estruturantes no ambiente educacional, a fim de que se sintam valorizados, respeitados e considerados, elevando seu interesse por estudar.

Sendo assim, é relevante destacar que, Paulo Freire, como o precursor da educação de jovens e adultos, defende que o conhecimento adquirido através da educação é instrumento do homem sobre o mundo, toda essa ação produz mudança, portanto não é um ato neutro, mas que o ato de educar é um ato político.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

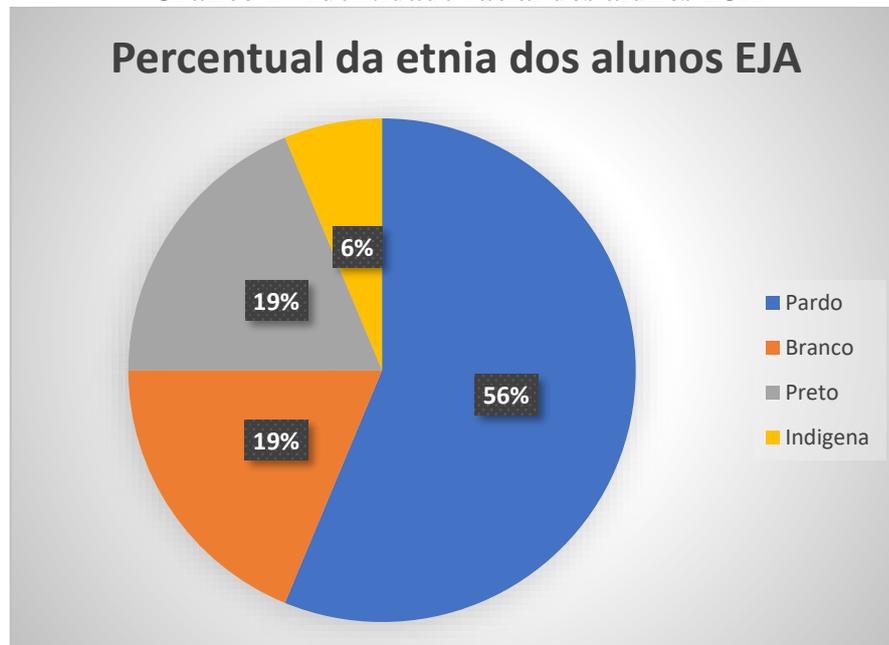
Este capítulo está totalmente dedicado a análise dos dados empíricos da pesquisa desenvolvida. Com isso, seguirá o seguinte percurso: serão apresentados os gráficos e quadros contendo determinada informação sobre o quadro da EJA no Estado do Amapá, sendo que esses dados são especificamente de uma das escolas localizadas na capital de Macapá, os dados são analisados e discutidos para se ter entendimento dos anseios do público EJA enquanto apoio por parte de poder público na desenvolvimento e garantia da educação de forma continuada, sendo que será possível observar a realidade vivenciada por esse público no campo escolhido para pesquisa. A partir disso, são feitos os apontamentos necessários para disponibilizar dados científicos embasados para ajudar na resolução, falando de forma otimista, do problema de pesquisa ou encaminhar uma, ainda que os dados da pesquisa possam servir de suporte para demais pesquisadores interessados na temática da evasão escolar do público EJA. Ao final da apresentação dos dados são retomados o problema de pesquisa, as questões norteadoras, as hipóteses levantadas, os objetivos específicos e o geral.

Figura 2 - Perímetro dos bairros de Macapá



Os dados da Secretaria de Estado da Educação do Amapá SEED, especificamente na Divisão de Educação de Jovens e Adultos – DIEJA, informou que atualmente o Estado do Amapá possui 434 escolas, sendo 112 delas localizadas no município de Macapá, das quais 45 oferecem a Educação de Jovens e Adultos desde a alfabetização do ensino fundamental até o ensino médio. Dessas escolas a Escola Maria Neusa Carmo de Souza foi escolhida por apresentar um índice de evasão escolar significativamente elevado, cerca de 70% dos matriculados se evadem antes do término do curso segundo dados da própria secretaria da escola consultada antecipadamente em 2022, justificando o motivo dela ter sido escolhida para o campo de pesquisa. Adiante, são apresentados os resultados dos questionários aplicados para os 30 alunos da primeira etapa do ensino médio em campo.

Gráfico 1 - Identidade racial dos alunos EJA



Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 1 mostra que os alunos da EJA apresentam uma diversidade de etnia. Sendo 56% alunos autodeclarados pardos; 19% são brancos; 19% são pretos; e 6% autodeclarados indígenas. Esse dado é importante para entendimento de que os alunos EJA apresentam suas diferenças e dividem o mesmo espaço de sala escolar, levando a pensar se esse ambiente de fato está capacitado para dar o suporte necessário a esses estudantes, ainda, ajuda na percepção de identidade do público que merece ser observada na construção de políticas públicas precisas.

Gráfico 2 - Idade dos alunos EJA

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 2 está trazendo dados sobre a concentração dos grupos etários da EJA, isso é extremamente relevante para se considerar na valorização das políticas públicas. Sabe-se que historicamente a EJA veio sendo fragmentada e com pouca prioridade para o governo. Percebe-se que a EJA está incorporando um público cada vez mais jovem na faixa etária de 19 aos 20 anos; esse seguido em uma equalização de outras faixas relativamente novas, sendo: de 23 aos 25 anos; 26 aos 29 anos; 30 aos 33 anos; e por fim um quantitativo não tão pequeno, sendo a diferença de concentração apenas de 1 ponto representada por uma faixa de acima de 42 anos. Esses dados são essenciais para desenvolvimentos de políticas que busquem analisar a realidade social, econômica e cultural de alunos EJA, esse público não pode ter seus direitos a educação burlados correndo o risco de ser marginalizado e aumentando até mesmo os dados de criminalização do Estado, considerando a perspectiva cultural, uma vez que o mundo do trabalho é distante de pessoas não escolarizadas.

Gráfico 3 - Matrículas EJA

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

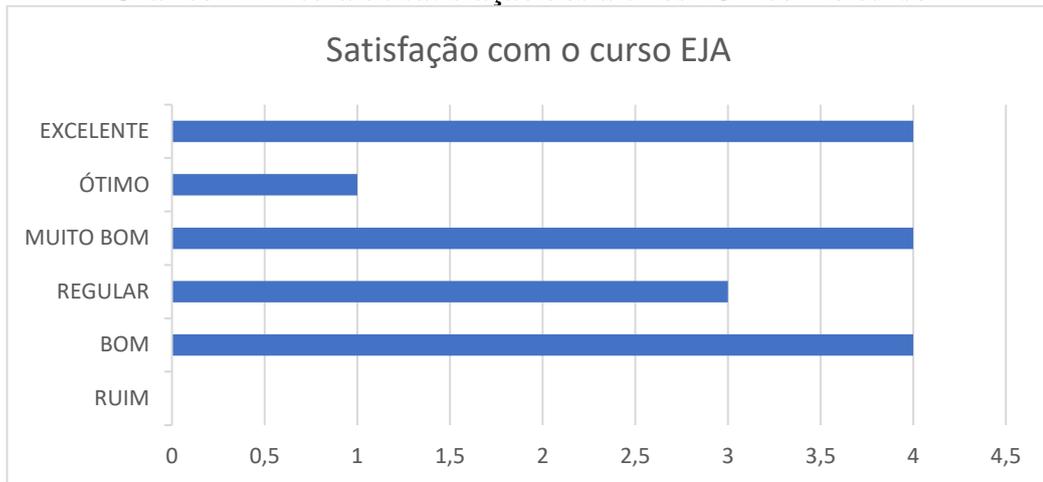
O Gráfico 3 apresenta a tendência no crescimento das matrículas na EJA. Observa-se que de 2018 a 2020 as matrículas estavam numa reta média de 0 a 2 alunos com altos e baixos; porém de 2021 a 2022 o número de matrículas cresceu substancialmente. Isso é facilmente associado ao fato da pandemia da Covid-19, crise sanitária que prejudicou os estudantes na sua maioria em participar ou frequentar as aulas, culminando na desistência ou evasão. Porém retornando como público EJA. Assim, percebe-se que a EJA tem a representatividade cada vez maior para equalização do ensino e garantia a educação de todos, merecendo políticas públicas no âmbito local mais consistentes.

Quadro 1 - Forma de matrícula nos cursos EJA

- Não teve nenhum problema para se matricular na modalidade EJA
- Encontrou dificuldade para se matricular pela internet, teve que ir realizar a matrícula presencialmente
- Teve facilidade em fazer a pré-matrícula pelo site da SEED, sem nenhuma burocracia
- Teve facilidade em realizar a matrícula presencial
- Realizou a pré-matrícula pelo site da SEED
- Encontrou dificuldade para se matricular pela internet, pois não tinha dinheiro para pagar uma lan house para efetivar a pré-matrícula.
- Matriculou-se diretamente na escola, apenas levando os documentos necessários.
- Teve dificuldade em fazer a chamada escolar, porque teve um custo de quinze reais, o restante do processo foi fácil
- Matriculou-se diretamente na escola, a maior dificuldade foi a pandemia que fechou tudo
- Matriculou-se diretamente na escola com apenas a ressalva escolar, por falta de documentos quase não consegue a vaga.
- Matriculou-se diretamente na escola, apenas levando os documentos necessários.
- Realizou a pré-matrícula pelo site da SEED
- Realizou a pré-matrícula pelo site da SEED, mas teve dificuldades em reunir todas as documentações das escolas anteriores.
- Realizou a pré-matrícula pelo site da SEED
- Realizou a pré-matrícula pelo site da SEED, mas vem encontrando dificuldades em conciliar trabalho/estudos e filhos/estudos.
- Matriculou-se diretamente na escola.

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 1 mostra as dificuldades mais comuns que os alunos têm para a realização das matrículas na EJA. A grande maioria encontrou problemas relacionados principalmente a documentação. É interessante pensar sobre a forma de divulgação e incentivo das matrículas para esses alunos. O descaso é evidente e dificuldades de ordem políticas, cultural e econômica também se fazem presentes mesmo para efetivação de matrículas na modalidade. A matrícula é apenas o primeiro passo para continuidade dos estudos e mesmo estas ainda são dificultosas. Esse dado é interessante e chama-se atenção que seria conveniente pesquisas buscando desvendar se a população de jovens e adultos sabem sobre as políticas da EJA no Estado, relacionada a motivação de retornar aos estudos por parte dos jovens e adultos.

Gráfico 4 - Média de satisfação dos alunos EJA com o curso

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 4 apresenta a média de satisfação dos alunos com o curso EJA ofertado pela escola estadual investigada, percebe-se que 3 a cada 4 alunos concordam que o curso é bom, regular, muito bom ou excelente. Nenhum aluno diz estar insatisfeito com o curso. Isso mostra que os alunos acreditam que o curso oferece a oportunidade de finalização para que possam dar continuidade nos seus sonhos e projetos pessoais. Com isso, o poder público precisa de melhores investimentos nas políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento desses cursos e fornecimento de condições adequadas para que esses alunos permaneçam em sala de aula.

Quadro 2 - Principais motivos de não finalização dos estudos em idade regular

1. Nenhum motivo
2. Mulher, droga e cachaça
3. Trabalho e família
4. Gravidez e proibição em estudar por parte do esposo
5. Gravidez e constrangimento, pois não tinha com quem deixar a criança
6. Morava no interior e não tinha como ir para cidade estudar
7. Falta de incentivo por parte dos familiares
8. Motivos de doença quando criança, perda de interesse em estudar
9. Quando adolescente só ia para a escola para curtir e com o excesso de faltas, ficou repetindo ano após ano, até abandonar totalmente
10. Gravidez e trabalho
11. O motivo do abandono foi o bullying e depressão
12. Gravidez, relação abusiva durante 11 anos
13. O abandono foi devido ter viajado para outro país
14. Nem motivo
15. O motivo do abandono foram, casamento, filhos, trabalho e cansaço
16. O motivo do abandono foi má companhia de pessoas que queriam prejudicar

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 2 tem como proposta contribuir para o entendimento dos motivos e a natureza deles considerando a particularidade de cada aluno que desistiu ou teve interrompido os estudos na idade regular. Consegue-se depreender que existe uma diversidade de motivos

que envolvem: desinteresse pelos estudos, vício em drogas lícitas e ilícitas, relação abusiva, gravidez na adolescência, não incentivo da família, trabalho precoce, doenças mentais, bullying escolar, sobrecarga de trabalho, más companhias. Esses motivos são interessantes de trazer para análise, porque eles mostram indícios de que a política pública na educação de forma geral precisa de investimentos para fornecer melhores condições para acesso e permanência na escola. Ainda, as políticas internas ou o PPP escolar deveria ser mais trabalhado para sanar alguns desses motivos de ordem social, relacionados a drogas, doenças mentais, bullying, gravidez ou ao menos tomar medidas para amenizá-las. A escola enfrenta um problema temporal na suas metodologias e sua estrutura. Pois a escola está deixando de ser interessante para a diversidade de alunos, e problemas com preconceitos ainda está tendo espaço nas instituições escolares. A gestão parece ainda insistir no mesmo sistema desatualizado e estagnado. É preciso que a educação passe a ser tomada com mais estratégia e investimento público, pois ela é quem forma o cidadão para a sociedade. O sistema parece estar quebrado e gestores não sabem como conduzir para um concerto ou renovação de sua estrutura.

Quadro 3 - Principais motivos que influenciaram na continuidade dos estudos

1. Nunca desistir de seus sonhos
2. Financeiramente falando, hoje em dia temos que ter estudos para chegar em qualquer lugar, isso me fez ver que o meu sonho depende de continuar estudando.
3. Ter formação profissional, ingressando em uma graduação
4. Vontade de recomeçar a caminhada escolar, para que no futuro próximo tenha uma nova história para contar
5. Realizar os sonhos e dar um futuro melhor para os filhos
6. Voltei a estudar, porque percebi que sem estudos não somos nada. Além disso, depois de me formar quero ajudar minha família
7. Voltei a estudar porque depois dos filhos criados, não tem nada que a impeça
8. Voltei a estudar, porque quero fazer faculdade e arrumar um emprego bom para ajudar o esposo nas despesas da casa
9. Voltei a estudar para dar exemplos para os filhos que nunca é tarde para recomeçar e correr atrás dos sonhos
10. Voltei a estudar porque percebi que meu futuro depende de ter estudos
11. Voltei a estudar porque meu sonho é ser alguém na vida, para ter um futuro melhor
12. Voltei a estudar porque quero fazer uma faculdade e arrumar um serviço, mas para isso tive que continuar com meus estudos
13. Voltei a estudar porque quero terminar meus estudos para que eu possa arrumar um bom emprego e dar uma vida digna para meus filhos
14. Voltei a estudar para dar exemplos para os filhos
15. Voltei a estudar pelos meus filhos e pelo meu futuro, pois quero o melhor para eles e para mim também
16. Voltei a estudar para ter um futuro melhor

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 3 contém os principais motivos que influenciam na continuidade dos estudos dos alunos EJA em Macapá. O contexto é consonante como o apontado pelos autores Arroyo (2008) e Assis, Brignoni e Pires (2016), mostrando que a realidade dos jovens e dos adultos que procuram as turmas da EJA é de trabalhadores, pobres, negros, subempregados e

oprimidos. Uma vez excluídos do processo de ensino, essas pessoas retornam à unidade de ensino com o objetivo de iniciarem o processo de escolarização ou darem prosseguimento aos estudos, mas à procura de um ensino diferente, que os acolha e não os leve a abandonar a escola novamente. Percebe-se que muitos querem ser agentes atuantes na sociedade de forma e realizarem seus sonhos e ter um futuro melhor, principalmente fazer uma faculdade ou pós-graduação, outros para garantir um futuro melhor para seus filhos ou dar bons exemplos. Isso deve ser considerado para a construção de políticas públicas eficientes para EJA, e que compreenda o público em seus anseios. Aponta também para a construção de metodologias que sejam específicas para práticas voltadas principalmente para o mercado de trabalho. Trabalhos repetitivos e exaustivos apenas incorrem para a desmotivação do processo educacional. Mesmo com todos os desafios são pessoas que querem ter oportunidades de recomeço. Eles precisam ser ouvidos e compreendidos, a sociedade que os exclui é a sociedade que eles querem melhorar. Eles não devem fazer parte de um grupo marginalizado e criminalizado, nem podem ser entendidos como merecedores de pena do poder público. São trabalhadores e cidadãos que devem ter os seus direitos assegurados. Aqui é válido pensar que a sociedade construída e organizada com a verba pública desmoraliza e desrespeita os indivíduos na sua natureza humana, mesmo assim prega o discurso vazio de ordem e progresso.

Quadro 4 - Principais obstáculos para frequentar a escola

1. A distância de onde mora até aonde estuda
2. O trabalho e o trânsito para chegar até a casa
3. Cansaço do trabalho, sem ter transporte fixo
4. A distância de onde mora até aonde estuda, tendo de pagar transporte diariamente
5. Falta de transporte
6. Medo da violência nas adjacências da escola
7. Em tempo de chuva o retorno para casa fica muito arriscado, pois esperam a chuva passar, atrasando o regresso para sua casa. Nesse momento, os bandidos aproveitam para assaltar. Além disso, a escola fica em uma rua com pouca iluminação
8. A distância de onde mora até aonde estuda e falta de dinheiro para pagar transporte
9. A distância de onde mora até aonde estuda e o cansaço após um dia de trabalho
10. Graças a Deus nenhum
11. O cansaço do trabalho devido ser autônomo e andar bastante durante o dia para vender seus produtos e conseguir dinheiro, além disso a distância da casa até a escola
12. O cansaço do trabalho
13. O cansaço do trabalho doméstico
14. As dificuldades do dia a dia
15. A distância da casa até a escola e a idade avançada para estudar
16. Graças a Deus nenhum obstáculo, pois moro na rua da escola

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 4 demonstra os principais obstáculos para frequentar a escola que oferta a modalidade EJA. Analisando as respostas dos alunos é perceptível que a concentração do problema para frequentar a escola se relaciona a distância para chegar na escola, ainda existe

alguns relatos que os arredores onde a escola está inserida é perigosa e ocorrem assaltos, e se soma a isso o cansaço físico e a rotina de trabalho. E, considerando o quantitativo de alunos que responderam os questionários 80% relatam ter dificuldade de ir a escolar devido à distância e falta de transporte. Portanto, existe a necessidade de transporte público para ajudar no acesso a escola de forma mais segura. Além disso, a segurança pública deveria ser uma aliada da gestão escolar para redobrar vigílias nessas localidades, principalmente em turnos das aulas. Os dados da pesquisa estão ajudando nessa percepção na perspectiva do alunado e suas dificuldades. São fatores simples, mas que são justamente os que devem ser trabalhados nas políticas públicas. Sabe-se que a falta de transporte dificulta o acesso a escola, tendo como consequência a evasão dos alunos.

Quadro 5 - Principais fatores que levam a querer desistir da EJA

1. O fato de ter 02 filhos e sem ter alguém disponível para cuidar das crianças
2. Desmotivação é para os fracos
3. Os filhos por causa do trabalho que eles dão
4. Até o momento não
5. Separação conjugal
6. Falta de segurança nas proximidades da escola, devido aos bandidos que assaltam os alunos
7. Falta de moradia fixa, pois mora em casa alugada
8. Cansaço do dia a dia do trabalho e a distância da escola
9. No período do isolamento social, as aulas eram online e estava sem celular para estudar
10. Nenhum fator me desmotivou
11. O desemprego porque não tem horário de retornar para casa, prejudicando muito
12. Relação abusiva, baixo astral
13. A rotina familiar
14. O papel da escola frente as necessidades dos alunos que trabalham em serviços braçais e chegam a escola e não encontram uma merenda condizente com o desgaste físico do dia a dia, a falta de um ambiente para tomar banho, pois as vezes passo direto para a escola.
15. Falta de preparo e paciência do professor em orientar o aluno que está voltando a estudar
16. O trabalho porque era a noite, então desistir de trabalhar para estudar

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 5 explana os principais fatores que levam os alunos quererem desistir da EJA. Observou-se pontos variados e que podem contribuir no planejamento das políticas públicas mais efetivas considerando o contexto do Amapá. Dente os motivos estão: condição financeira, ter filhos para cuidar, a rotina familiar e falta de local para higienização. Pensar no incentivo financeiro para os alunos EJA por meio de bolsas, vales transporte, alimentação, e atendimento médico contribuiria para amenizar muitas dificuldades desses alunos, e reforçaria a motivação em terminar os estudos. Esse é um desafio enorme, porém extremamente viável e possível. Se percebe que os fatores são mais relacionados a necessidades básicas de subsistência. Não foi encontrado nenhum relato relacionado ao material utilizado pelos professores, porém é um ponto relevante de para futuras investigações.

Quadro 6 - Motivos de gostar da EJA

1. As pessoas são maravilhosas
2. Conhecimento é tudo, quero aprender, ser melhor para a sociedade e quero falar bem.
3. A flexibilidade para a realização das atividades para os alunos que trabalham
4. Vontade de aprender mais
5. Gosto da ajuda dos professores e da motivação que eles nos dão
6. Fiz muitas amizades
7. Foi pela necessidade frente as exigências do mercado de trabalho, mas também motivada pelo desejo de ingressar no ensino superior e ter acesso a novos conhecimentos.
8. Professores legais, além disso a EJA nos ajuda a terminar os estudos mais rápido
9. Novas amizades e novos conhecimentos e ter a oportunidade de ter um futuro melhor
10. Alguns professores explicam bem, outros não tem muita paciência, mas está dando para levar os estudos
11. Gosto de estudar na EJA, por ser é a noite que é bem mais frio
12. Os motivos que eu gosto de estudar na EJA são vários, entre eles- os professores e colegas da sala são bem legais.
13. Aqui somos bem recebidos, temos bons professores, um bom, a escola esta em perfeito estado para nos receber. Os funcionários da escola são pessoas muito legais
14. Os amigos que fiz, os professores compreensivos
15. O aprendizado é o melhor e aprendendo com a pessoal, troco ideias e aprendo o que não sabia
16. Gosto dos professores que são muitos legais e ensinam muito bem

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 6 mostra os principais motivos de gostar de frequentar a EJA. Os relatos apontam que os alunos EJA gostam de pessoas e conhecer novas coisas, que são bem tratados pelos professores e amigos que fizeram. Alguns professores não têm tanta paciência foi um dos relatos. Soma-se com os pontos positivos a flexibilidade nas realizações das atividades. Pode-se pensar que o ambiente EJA deve ser trabalhado e estruturado com maior nível de interação entre os alunos e atividades práticas atreladas a educação profissional e tecnológica para cultivar melhores aprendizados que sejam voltados as demandas da sociedade atual. Aqui a reflexão sobre a educação que deve ser veículo para ajudar o estudante a alcançar a emancipação e formação integral enquanto sujeito se faz relevante, pois contribui que professores busquem renovação nas suas metodologias e métodos para realização dessa educação no seu processo de formação, trazendo práticas contextualizadas para resolver problemas da sua realidade.

Quadro 7 - Motivos de não gostar da EJA

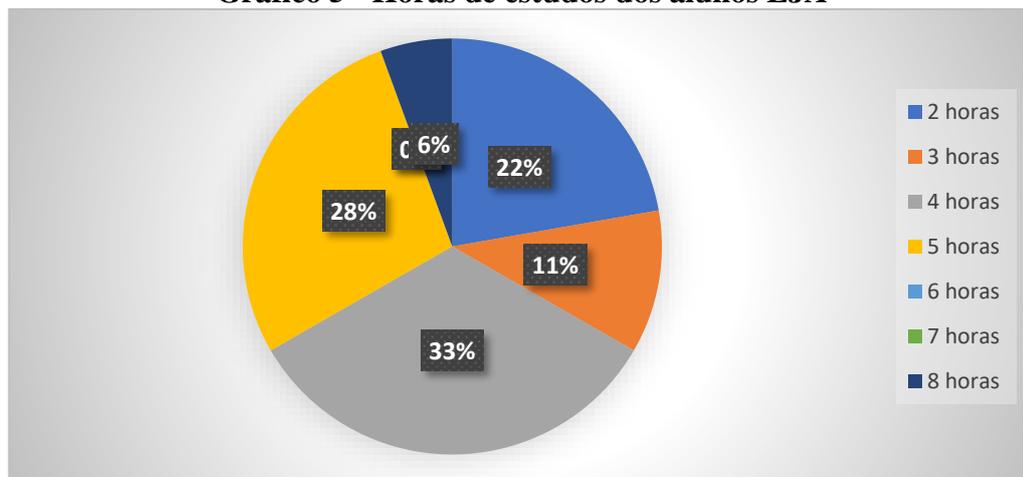
1. A merenda que não é boa e servem mingau todo o dia
2. Não tenho motivo
3. As vezes chego cansado do trabalho e ir para a escola
4. Não tenho motivo
5. A noite é muito arriscado e a saída da escola é muito tarde
6. Dificuldade nas disciplinas, ignorância de alguns professores
7. Não tenho motivo
8. Dificuldade de chegar a escola, a merenda que é servida todo os dias é mingau ou nescau com bolacha. O lanche é fraco, para quem as vezes vem direto do trabalho para a escola
9. Não tenho motivo

10. Não tenho motivo
11. Não tenho motivo
12. Não gosto das conversas paralelas em sala de aula, pois trabalha na minha concentração
13. Não tenho motivo
14. A merenda não é boa, precisa de mais atenção da direção
15. A merenda é ruim, todo dia a mesma coisa, mingau, suco ou nescau com bolacha

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 7 contém os motivos mais comuns dos alunos não gostarem da EJA no contexto escolar. Os relatos apontam novamente motivos relacionados a distância e cansaço físico. Ainda, surge um fator relacionado a merenda escolar. Relatando que sempre é mesma comida sem variação. Isso abre margem para acreditar que os recursos para merenda são mínimos. A alimentação para uma boa aprendizagem é essencial. O desempenho relacionado a alimentação é uma problemática que deve ser investigada com mais detalhes, porém direcionar políticas e verba para melhorar a merenda escolar é um fator essencial na EJA.

Gráfico 5 - Horas de estudos dos alunos EJA



Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 5 mostra a quantidade de horas que os alunos se dedicam aos estudos diariamente. Verifica-se que 22% dos alunos estudam 2 horas por dia; 11% estudam 3 horas por dia; 33% estudam 4 horas por dia; 28% 5 horas por dia; 6% 8 horas por dia. O tempo de estudo dos alunos é considerado satisfatório no dia. Entender o esforço empenhado nos estudos dos alunos ajuda para compreender o grau de motivação de cada um nos estudos. O acompanhamento e trabalho em grupos poderiam ajudar na socialização dos alunos mediado por tecnologias digitais. Esse ponto merece ser considerado nas metodologias utilizadas pelos professores da EJA.

Quadro 8 - Situação profissional atual dos alunos EJA

1. Não respondeu
2. No momento não trabalho
3. Sou autônomo
4. Sou autônomo e não existe relação de trabalho
5. Apenas estudante
6. Muito complicado
7. Sou diarista, trabalho 3 vezes na semana
8. Sou autônomo
9. Trabalho com vendas, em uma empresa que presta serviço a sky, sou suporte técnico da empresa
10. Não trabalho no momento
11. Trabalho de doméstica em serviço geral
12. Não respondeu
13. Eu trabalho revendendo roupas e joias. Além disso, comprimento minha renda fazendo diárias
14. Sou autônomo
15. Sou pedreiro
16. Sonho em ser empreendedor e gerar emprego

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 8 apresenta a situação profissional dos alunos EJA. Verifica-se que o público é composto por trabalhadores autônomos, ainda, alguns desempregados. Percebe-se que a EJA é uma oportunidade para que esses alunos melhorarem no campo profissional e financeiramente. As políticas públicas têm potencial para educar o público, ainda contribui para inserção no mercado de trabalho levando os alunos a melhorar significativamente de vida. Atrair as políticas públicas à educação profissional ajudaria para os alunos na caminhada para o mundo do trabalho.

Quadro 9 - Perspectiva para o futuro dos alunos EJA

1. Não respondeu
2. Fazer faculdade
3. Fazer faculdade para melhorar a vida
4. Fazer faculdade para ter um futuro melhor
5. Fazer faculdade para dar uma vida melhor para os filhos
6. Se formar e ter muitos recursos e viajar para o Japão
7. Arrumar um emprego melhor
8. Fazer faculdade
9. Fazer faculdade até no futuro fazer doutorado
10. Após terminar o nível médio, quero entrar no mercado de trabalho, e também ser policial militar, entre outros cursos
11. Fazer faculdade em pedagogia para ser professora
12. Não respondeu
13. Fazer faculdade e arrumar um trabalho de carteira assinada
14. Fazer faculdade e arrumar um trabalho com um bom salário
15. Fazer faculdade e arrumar um trabalho
16. Fazer faculdade em enfermagem ou em pedagogia

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 9 traz a perspectivas dos alunos EJA para o futuro. Cerca de 95% de alunos querem terminar os estudos e fazer uma faculdade. Os alunos que são pais querem garantir um futuro melhor para seus filhos e dar bons exemplos. Outros querem conseguir emprego de carteira assinada. Percebe-se que os alunos EJA buscam por meio dos estudos melhorar de vida e realizar seus sonhos. As políticas públicas têm o potencial para melhorar e dar condições para que esses alunos possam ter acesso e permanecer na escola. Considerando sua diversidade e formação crítica e integral, as políticas precisam ser trabalhadas nesse ponto de reparação, equalização e qualificação dos alunos EJA.

Adiante, encontram-se os resultados e discussões traçados com os pedagogos da primeira etapa do ensino médio da EJA, a identificação de cada um desses professores se dará pela inicial P seguida de uma sequência numérica para melhor sigilo da identidade dos participantes. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas de forma presencial, sendo uma entrevista para o diretor geral e outra para o diretor pedagógico da escola selecionada, também foi aplicada uma entrevista semiestruturada com o coordenador da secretaria da educação do Estado do Amapá. A entrevista é um instrumento que trará uma melhor visão do funcionamento e recepção/manutenção da oferta da EJA na escola. Ainda, as perspectivas dos gestores a respeito do progresso dessa modalidade. Se selecionou de forma aleatória 4 professores de duas áreas de conhecimento que são lecionadas nas EJA da escola da 1ª etapa do ensino médio. As informações coletadas são necessárias para viabilizar medidas que possam auxiliar na investigação do problema proposto, uma vez que, o processo de análise de dados envolve vários procedimentos, codificação das respostas, seleção e tabulação dos dados.

Começando pelas apresentações se tem o seguinte compilado: a professora P1 é formada em pedagogia a mais de 23 anos; P2 é professor desde 2000 na modalidade EJA com licenciatura em língua portuguesa e especialista em metodologia do ensino da língua portuguesa; P3 é professora formada em licenciatura em ciências biológicas na faculdade integradas do tapajós – FIT, desde 2002 atua em sala de aula no Estado do Amapá com a disciplina de biologia no ensino médio e na modalidade de Jovens e Adultos; P4 é formada em ciências biológicas e especializada em biologia e química, está atuando como professora de química com as turmas EJA e ensino médio regular. Considerar a visão desses profissionais na perspectiva de como o andamento de ensino EJA está sendo traçado é relevante para contribuir na melhoria das políticas locais e internas da escola. A análise se inicia com o grau de impacto na perspectiva dos professores sobre os fatores que contribuem para evasão escolar.

Gráfico 6 - Percentual dos fatores de contribui na evasão na perspectiva dos professores



Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O gráfico 6 mostra que 34% dos professores acreditam que a evasão escolar é um problema sociocultural, histórico e econômico e a escola possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 34% acreditam que a evasão é um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência 12% acreditam que a evasão escolar é fruto de não se resolver problemas sociais e econômicos. E, apenas 8% acreditam que a evasão é um problema político e econômico, e os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

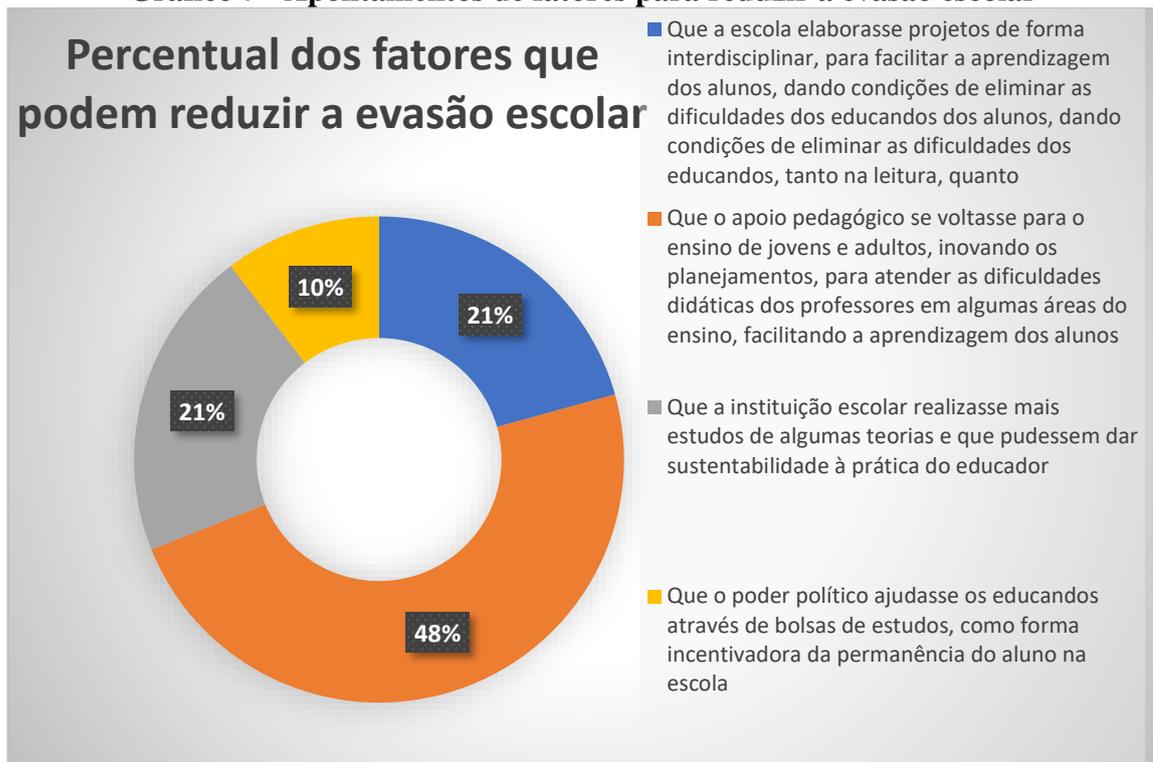
Quadro 10 - Opinião pessoal dos professores sobre o que deve ser considerado fator de impacto para evasão escolar na EJA

1. P1: Falta de acompanhamento dos pais; problemas sociais e econômicos; falta de políticas públicas voltadas para a educação
2. P2: A busca da sobrevivência em nosso País permeia a vida do aluno, sobrepondo a busca do conhecimento.
3. P3: Os alunos não mostram interesse em estudar. Uns estão apenas interessados a concluir para obter o certificado.
4. P4: Dificuldade do aluno conciliar estudo/trabalho, violência nos arredores da escola, escola distante da residência do aluno.

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 10 expõe a opinião das professoras sobre fatores que contribuem para a evasão escolar. Percebe-se que a evasão vai surgir devido a fatores de ordem política e econômica e problemas de desajuste familiar. Ainda, o interesse apenas em obter o certificado se sobrepõe a vontade de buscar o conhecimento, soma-se a esses fatores a violência nos arredores da escola.

Gráfico 7 - Apontamentos de fatores para reduzir a evasão escolar



Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 7 expõe os apontamentos de fatores para reduzir a evasão escolar suportado pela experiência das professoras. Com isso, 21% das participantes acreditam que a escola pode elaborar projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos, tanto na leitura quanto na escrita. No fluxo 48% acreditam que o apoio pedagógico pode ser voltado para o ensino de jovens e adultos para atender as dificuldades didáticas dos professores em algumas áreas do ensino, facilitando a aprendizagem dos alunos. Ainda, 21% acreditam que a instituição escolar deve realizar mais estudos de algumas teorias e que podem dar sustentabilidade à prática do educador. Por fim, 10% pensam que o poder político pode ajudar os educandos através de bolsas de estudos, como forma de incentivar a permanência do aluno na escola.

P1: Não respondeu

P2: A acessibilidade do aluno de recursos didáticos, que hoje o Estado não dispõe nem uma simples resma de papel para a produção textual, como salas de leitura e áudio visual.

P3: Com aulas práticas, isso pode contribuir com o interesse do aluno.

P4: A evasão acontece devido nossos alunos trabalharem durante o dia e também moram bem distantes da nossa escola, (Professoras entrevistadas, 2023).

O exposto vislumbra sobre como as disciplinas poderiam contribuir em superação da evasão escolar na opinião das professoras. Verifica-se que os materiais são uma problemática para chamar mais a atenção dos alunos de forma engajada. Ainda, que o interesse do aluno pode ser melhor trabalhado através de atividades práticas. Por último, que o desinteresse dos alunos está relacionado a desmotivação para frequentar a escola e o trabalho exaustivo com a distância, sendo assim as disciplinas não poderiam ajudar na superação da evasão escolar.

P1: Cada professor elabora seu planejamento, de acordo com as diretrizes da secretaria de educação

P2: Atualmente ocorre semanalmente por área da aprendizagem, buscando a interdisciplinaridade.

P3: O planejamento escolar é feito em cima dos conteúdos programáticos da Secretaria de educação, haja vista que o ensino não tem livros. E fazemos essa montagem na semana pedagógica.

P4: É feito com os professores da área da ciência da natureza, (Professoras entrevistadas, 2023).

O citado expõe sobre o planejamento de ensino dos alunos EJA pelas professoras. Verifica-se que cada professor elabora o planejamento tendo por base as diretrizes da secretaria da educação. Ainda, busca-se trabalhar a interdisciplinaridade em algumas semanas, sendo que a organização acontece em semanas pedagógicas. Percebe-se que a metodologia para o planejamento sofre algumas variações e com pouco suporte de material didático.

P1: Os professores raramente passam trabalhos para casa, pois os mesmos não possuem tempo devido ao trabalho; passam seminários, provas debates.

P2: Devido a falta de recursos didáticos, a formulação e a organização do currículos e executado pelos professores, com foco no aprendizado sócio-dialético.

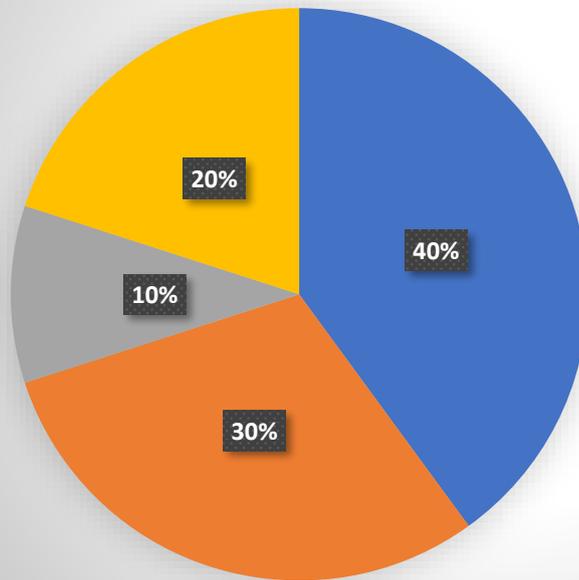
P3: Nós fazemos o possível e o impossível para trabalhar algo que chame o interesse dos nossos alunos. Trazendo aulas dialogadas, aulas com apresentação de slides, para obter participação ativa desses alunos.

P4: Apostilado, prática em sala de aula (experimentos, uso do celular para pesquisar, (Professoras entrevistadas, 2023).

A citação refere-se a metodologia adotada pelas professoras em sala de aulas. Na proposta metodológica acontecem seminários, provas escritas, diálogos, apresentação em slides, apostilas e algumas práticas em sala de aula. Os professores buscam trabalhar de forma ativa com os alunos e tem pouco material didático disponíveis para construção de aulas mais diversificadas.

Gráfico 8 - Fatores que fomentam a evasão na perspectiva da direção escolar na EJA

Perspectiva da direção escolar sobre a evasão escolar



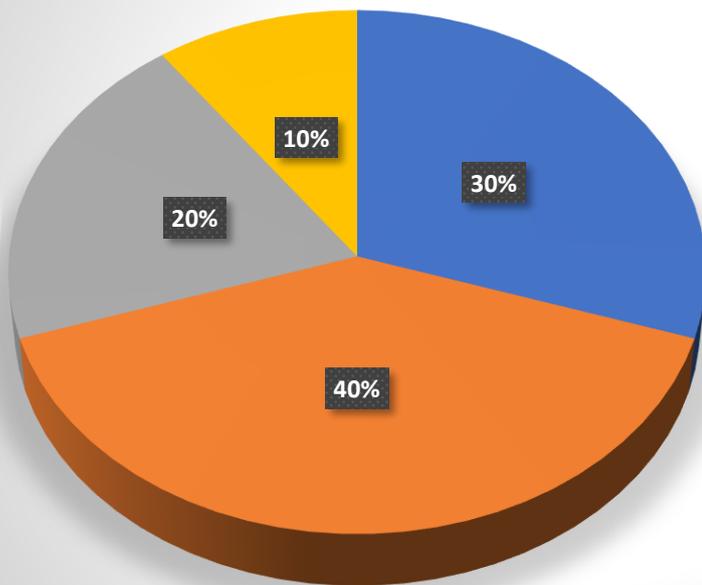
- É um problema sociocultural, histórico e econômico, ou a escola também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados.
- É um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente.
- Se não se resolver os problemas sociais e econômicos jamais a escola irá resolver o problema da evasão escolar.
- É um problema político e econômico. Os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Gráfico 8 contém a perspectiva da direção escolar sobre a evasão escolar sobre os fatores que causam essa evasão na escola. A direção acredita 40% da evasão é um problema sociocultural, histórico e econômico, ainda, a escolar também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 30% da evasão é um problema social e econômico, sendo que a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência, 10% da evasão escolar é fruto da não resolução de problemas econômicos e sociais. Por fim, 20% da evasão é um problema político e econômico, sendo que os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

Gráfico 9 - Ações que ajudaria na redução da evasão escolar na EJA

Perspectiva da direção de fatores que poderiam reduzir a evasão escolar



- Que a escola elaborasse projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos, tanto na leitura, quanto na escrita.
- Que o apoio pedagógico se voltasse para o ensino de jovens e adultos, inovando os planejamentos, para atender as dificuldades didáticas dos professores em algumas áreas do ensino, facilitando a aprendizagem dos alunos.
- Que a instituição escolar realizasse mais estudos de algumas teorias e que pudessem dar sustentabilidade à prática do educador.
- Que o poder político ajudasse os educandos através de bolsas de estudos, como forma incentivadora da permanência do aluno na escola.

Fonte: Produzido pela autora com base nos resultados da pesquisa de campo. Fev/2023

O Quadro 9 explana possíveis ações que ajudariam na redução da evasão escolar na EJA na perspectiva da direção escolar. A direção acredita que 30% evasão poderia ser reduzida se a escola elaborasse projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos tanto na leitura, quanto na escrita. Ainda, 40% da evasão poderia ser reduzida se o apoio pedagógico se voltasse para o ensino de jovens e adultos inovando os planejamentos para atender as dificuldades didáticas do ensino e facilitando a aprendizagem dos alunos. Adiante, 20% da evasão escolar poderia ser reduzida se a instituição escolar realizasse mais estudos de algumas teorias e que pudessem dar sustentabilidade à prática do educador. E, por último, 10% da evasão poderia ser reduzida se o

poder político ajudasse os educandos através de bolsas de estudos, como forma incentivadora do aluno permanecer na escola.

Ademais, demonstrados os resultados, feitas as discussões necessárias sobre os público EJA aos fatores que impactam no acesso à educação e permanência no ambiente escolar por parte dos alunos, dos professores e direção, entendido as peculiaridades da identidade EJA necessárias para dar o suporte para fomento de políticas eficientes na combate a evasão escolar, retoma-se ao problema de pesquisa: quais as políticas públicas no município de Macapá corroboram para enfrentamento da evasão nas escolas estaduais na modalidade EJA?

Antes de encaminhar uma resposta a esta questão, se faz um apelo para que outros pesquisadores interessados no objeto da evasão busquem explorar a área das públicas políticas para EJA, suportando a permanência deles no ambiente escolar visando garantir seus direitos prescritos na Constituição de 1998. A educação de jovens e adultos (EJA) é uma área fundamental para o desenvolvimento social e econômico de qualquer país. A EJA é essencial para a formação de uma sociedade mais igualitária e justa, pois permite que aqueles que não tiveram acesso à educação formal em sua juventude possam ter uma segunda chance de concluir seus estudos e adquirir as habilidades necessárias para se inserir no mercado de trabalho e exercer sua cidadania plena. Para que a EJA seja efetiva e alcance seus objetivos, é necessário que haja uma política pública específica para essa área. Essa política deve levar em consideração as particularidades desse público, como suas necessidades educacionais especiais e sua realidade socioeconômica. Além disso, a política deve garantir a oferta de cursos de qualidade, com materiais didáticos adequados e professores capacitados e valorizados. Além da importância da política pública, é fundamental também que a EJA seja valorizada nas pesquisas científicas. A pesquisa científica é importante para o avanço do conhecimento na área e para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e baseadas em evidências. A valorização da EJA nas pesquisas científicas pode contribuir para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino, para a identificação de problemas e desafios específicos desse público e para a proposição de soluções inovadoras. Portanto, a valorização da EJA nas pesquisas científicas e a implementação de políticas públicas específicas para essa área são fundamentais para garantir a efetividade e a qualidade da educação oferecida aos jovens e adultos que buscam concluir seus estudos. Isso é essencial para promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

Nesse sentido, explanando as questões norteadoras iniciais, começo formulando uma resposta para a primeira: como estão se processando as políticas para redução da evasão escolar na educação de jovens e adultos? Verificou-se que no Amapá a educação de jovens e

adultos é organizada pela resolução nº 26/2013 CEE/AP, essa resolução fixa normas para a educação de jovens e adultos no sistema estadual de ensino do Amapá e revoga as resoluções 35/01 e 30/03 CEE/AP. Destaco o Art. 3º que determina que a rede pública de ensino deverá oferecer a Educação Básica a todos que não tiveram acesso na idade própria, garantido aos que forem trabalhadores, condições de acesso e permanência na escola, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade de acordo com a legislação específica. No contexto mais amplos a rede estadual do Amapá tem o projeto de lei nº 2015 – GEA, esse dispõe sobre o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. Nesse sentido apresento as providências relacionadas a EJA no Amapá. Destaco os Artigos 1º e 2º do Plano Estadual da Educação: “Art. 1º Fica no âmbito do Estado do Amapá instituído o Plano Estadual de Educação – PEE, para o decênio 2015-2025, constantes dos Anexos desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 284 da Constituição de Estado do Amapá e em consonância com a Lei Federal nº 13.005, de 26 de junho de 2014.” Nesse sentido, o PEE do Amapá é consonante com o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014, cabe destacar que o Art. 2º do PNE tem como componente das suas diretrizes as seguintes metas: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, como ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como promoção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos (as) profissionais da educação; promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Entendido isso, o Art. 2º da PEE do Amapá tem como componentes de suas diretrizes os seguintes aspectos: fortalecimento da sustentabilidade socioambiental; respeito mútuo entre as pessoas e cultivo à coexistência com os demais seres vivos; difusão do respeito aos direitos humanos e à diversidade; elevação dos aspectos humanísticos, científicos, culturais e tecnológicos do Estado; melhoria da qualidade do ensino; formação Escolar voltada para o trabalho e para a cidadania; erradicação do analfabetismo; promoção da gestão democrática da educação; valorização dos profissionais da educação. Esses preceitos são extremamente relevantes para a construção de uma educação de qualidade para o Estado. O aperfeiçoamento e construção de políticas eficazes deve ser construída de forma democrática, e convidar os pessoas que são o público dessas políticas deve

ser considerado nos momentos de discussão, pode e deve envolver: estudantes; pesquisadores; profissionais autônomos; índios; pessoas com deficiência de todas as categorias que tem seus direitos previstos na Constituição da comunidade em geral, não podendo ser discussões reservadas apenas a um número seletivo e que não tenha representatividade para esses cidadãos amapaenses.

Em continuidade da discussão do processamento das políticas para a EJA, destaco a Meta 5 evidenciando nesse caso as estratégias para o público EJA do PEE do Amapá, fazendo parte dessas estratégias promover políticas de saúde, assistência social e direitos humanos, articulando órgãos públicos e família, com o propósito de desenvolver modelos de atendimento escolar e de inserção no mercado de trabalho para alunos da Educação de Jovens e Adultos, com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, assegurando-lhes cuidado integral. Na Meta 9 a ideia é oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional. Sendo suas principais estratégias as seguintes: ampliar políticas públicas de EJA, na cidade e no campo, voltadas à conclusão do Ensino Fundamental e do Médio, de forma integrada à Educação Profissional; expandir as matrículas na EJA, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando elevar o nível de escolaridade do trabalhador; fomentar a integração da EJA com a Educação Profissional, em cursos delineados nas modalidades presencial e a Distância, tanto para a zona urbana quanto para a rural, observando as características do público demandante, especialmente as das populações do campo, itinerantes e das comunidades indígenas, negras, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, privadas de liberdade, e de assentamentos; ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos, da cidade e do campo, com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à EJA, articulada à Educação profissional; Expandir e equiparar a rede física de escolas públicas, da cidade e do campo, que atendem à EJA integrada à Educação Profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência; estimular a diversificação curricular da EJA, na cidade e do campo, e numa visão de complexidade entrelaçar a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo interrelações entre teoria e prática, nos eixos da Ciência, do trabalho, das tecnologias aplicada à educação, da cultura, da cidadania e da espiritualidade, de forma a organizar o tempo-espço pedagógico adequado às características desses educandos; fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores da EJA, em regime de colaboração com a União e os Municípios, e com apoio técnico das entidades vinculadas ao sistema S, bem como daquelas sem fins lucrativos que prestam atendimento a pessoas com deficiência; institucionalizar programas de apoio ao educando,

compreendendo ações de assistência social, financeira e psicopedagógica, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da EJA articulada à Educação Profissional; orientar a expansão da oferta EJA, articulada à Educação Profissional, para os estabelecimentos socioeducativos e penais do Estado, observando a Resolução n. 2/2010 – CNE, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na definição dos currículos da EJA e dos cursos técnicos de nível médio. Relacionada a Meta 10 cabe destacar que ela tem como estratégias apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na EJA, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas dos educandos desta modalidade de ensino; estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com o horário de oferta de EJA.

Entendido a forma de organização e planejamento pelo Estado do Amapá, cabe destacar algumas ações que atuam no sentido promover a permanência no ambiente escolar em parceria com profissionais da saúde. Essas ações são essenciais até mesmo para tornar a escolar um local mais interessante para os alunos em geral e combater a evasão. Nesse sentido, a prefeitura de Macapá, por meio das secretarias municipais de Educação SEMED e de Saúde SEMASA, intensifica as ações do Programa Saúde na Escola – PSE, nos estabelecimentos de ensino administrados pelo município, com serviços de promoção, prevenção e atenção à saúde. Todos os mais de 34 mil estudantes da rede estão entre os beneficiados pelas atividades que abrangem creches, escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como das modalidades de ensino atendidas pela Educação municipal, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também compõem o público do PSE os gestores, os profissionais da educação e saúde e a comunidade escolar. Tanto o planejamento quanto a execução, monitoramento e a avaliação das ações são realizados coletivamente, de forma a atender às necessidades e demandas locais. Os trabalhos envolvem principalmente Educação e Saúde, mas podem também contar com o apoio de outros parceiros locais representantes de políticas públicas e movimentos sociais (cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, sociedade civil, setor não governamental, entre outros), assim como pelos educandos.

Nesta linha discursiva considero importante trazer uma reflexão formulada por algumas instituições que atuam para incentivo de políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar, sendo elas: Brava, Instituto Unibanco, Insper, Instituto Ayrton Senna.

Tradicionalmente, a distinção entre direito de acesso à escola e direito ao aprendizado tem sido reduzida a uma demanda por educação de qualidade, na medida em que o tratamento tradicional do direito ao aprendizado não distingue entre acesso a uma escola de qualidade e aprendizado. Essa concepção não diferencia entre ter uma oportunidade e alcançar um resultado. Assim, pressupõe que o aprendizado de um estudante requer o acesso às devidas oportunidades e vice-versa e, com isso, entende-se que o acesso às devidas oportunidades leva necessariamente ao aprendizado. Dessa forma, qualquer aprendizado inadequado resulta sempre de deficiências na qualidade da escola, mas nunca do desinteresse do estudante frente a uma escola de alta qualidade. Por essa linha de argumentação, em uma escola de boa qualidade, não existiriam estudantes desinteressados e o acesso a uma oportunidade adequada levaria, necessariamente, aos resultados esperados. O engajamento dos jovens é um fator de destaque e possui certa independência na determinação do sucesso educacional. Por um lado, não é plenamente determinado pela qualidade e adequação das oportunidades educacionais disponíveis. Por outro, é um determinante crucial dos resultados educacionais. Assim, o engajamento dos jovens pode ser utilizado para indicar se o direito à educação está sendo garantido, seja porque aponta para a existência de uma oferta adequada e de qualidade dos serviços, seja porque aponta para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento e aprendizado.

Como a relação entre o jovem e a escola é bem diversa, existe uma ampla variedade de aspectos que precisam ser considerados para se avaliar o grau de engajamento dos jovens. No limite, temos pleno engajamento apenas quando o jovem se matricula na escola no início de cada ano letivo, frequenta todos os dias letivos e realiza todas as atividades escolares a ele atribuídas ou que dele se espera que busque realizar por iniciativa própria. Neste ponto chagasse a segunda questão norteadora: Quais índices e elementos contribuem para a evasão escolar na educação de jovens e adultos? Para avaliarmos a magnitude atual desse fenômeno, devemos considerar as múltiplas dimensões que caracterizam o engajamento juvenil. Em primeiro lugar, precisamos saber quantos jovens não se matriculam na escola no início de cada ano, ou seja, a magnitude da evasão escolar. Atualmente, cada coorte brasileira na faixa etária dos 15 aos 17 anos tem cerca de 3,4 milhões de adolescentes. Portanto, entre 15 e 17 anos, há pouco mais de 10 milhões de jovens. Destes, 15% não se matriculam na escola no início do ano letivo, ou seja, no início do ano, 1,5 milhão desses jovens já está fora da escola, (GESTA.ORG, 2022). Infelizmente, nem todos os 8,8 milhões de jovens de 15 a 17 anos que se matriculam no início do ano permanecem na escola até o final do ano. Cerca de 8% dos alunos matriculados na escola, ou seja, 6,8% do total de jovens de 15 a 17 anos, abandonam a escola antes do final do ano, o que representa um contingente adicional de 0,7 milhão. Assim, ao final do ano letivo,

mais de 20% dos jovens de 15 a 17 anos já se encontram fora da escola e com isso, apenas 8 milhões de jovens brasileiros de 15 a 17 anos completam o ano letivo frequentando a escola, (GESTA.ORG, 2022). Por fim, desses 8 milhões de jovens que permaneceram na escola até o final do ano letivo muitos são reprovados por faltas. Como a taxa de reprovação dentre os jovens matriculados na escola permanece aproximadamente 15% e se assumirmos, ainda que de forma conservadora, que ao menos metade dessa reprovação é por faltas, temos evidência que outros 7% dos jovens inicialmente matriculados também não se engajaram efetivamente nas atividades escolares, o que representa um contingente adicional de 0,6 milhão de jovens, (GESTA.ORG, 2022). A frequência à escola de forma intermitente certamente compromete o aprendizado. Assim, seria de grande importância poder avaliar a distribuição dos alunos matriculados segundo o número de faltas ao longo do ano letivo. Também seria muito importante entender como essas faltas se distribuem e, em particular, se aumentam ao longo do ano. Em geral, a falta de engajamento de um jovem não é resultado de apenas um único fator, mas de uma multiplicidade deles; cada um dos quais requer ações diferenciadas para que suas consequências deletérias sejam mitigadas. Assim, para que uma política de promoção do engajamento seja efetiva, esta precisa contar com um amplo leque de ações capazes de atuar sobre todo esse conjunto de fatores.

A literatura considera que o ambiente familiar influencia o grau de engajamento dos jovens de duas formas. Por um lado, uma insuficiência aguda de recursos pode impedir que os jovens tenham condições mínimas, seja de alimentação, de vestuário ou de higiene, para frequentar a escola com o mínimo de dignidade. Nesse caso, a despeito de todas as condições que a escola possa oferecer, o jovem pode ter “vergonha” de frequentá-la em virtude de alguma necessidade muito básica não atendida, tais como a fome, o porte de trajes inadequados, entre outros. Essas necessidades podem não ter sido identificadas pela escola, que, portanto, não pode atendê-las. Por outro lado, o engajamento dos jovens nas atividades escolares pode requerer complementação familiar. A escola pode atribuir tarefas que devem ser realizadas em casa e que podem ser facilitadas e encorajadas pelos pais, seja na medida em que estes auxiliam pessoalmente na sua realização, seja na medida em que estes oferecem condições para que os jovens as realizem, como conexão de internet, espaço adequado para estudar, silêncio, área com boa luminosidade e arejadas, livros, entre outros. Nesse aspecto, por vezes, mais importante que a própria condição econômica da família, é a escolaridade dos adultos responsáveis por cuidar do jovem. Na medida em que a escola não dá todo o apoio pedagógico de que o jovem necessita, é natural que aqueles cujos pais têm maior escolaridade recebam destes, ao menos parte, do apoio extra de que necessitam e, conseqüentemente, tenham maior engajamento com

as atividades escolares. Dois pontos destacam-se nesse caso: (i) eventuais déficits de aprendizado que os jovens acumulam ao longo de sua trajetória escolar pode os impedir de acompanhar adequadamente o que é ensinado em sala de aula, levando-os, então, ao desengajamento, e (ii) reprovações podem abalar a confiança dos jovens em sua capacidade de ter sucesso nas atividades escolares, ou mesmo, criar defasagens série-idade significativa que podem limitar a identidade do jovem e seu sentimento de pertencimento para com o restante da turma.

No contexto do Amapá os principais índices relacionados a evasão escolar estão relacionado obstáculos para frequentar a escola que oferta a modalidade EJA. É perceptível que a concentração do problema para frequentar a escola se relaciona a distância para chegar na escola, ainda existe alguns relatos que os arredores onde a escola está inserida é perigosa e ocorrem assaltos, e se soma a isso o cansaço físico e a rotina de trabalho. E, considerando o quantitativo de alunos que responderam os questionários 80% relatam ter dificuldade de ir a escolar devido à distância e falta de transporte. Portanto, existe a necessidade de transporte público para ajudar no acesso a escola de forma mais segura. Além disso, a segurança pública deveria se uma aliada da gestão escolar para redobrar vigílias nessas localidades, principalmente em turnos das aulas. Os dados da pesquisa estão ajudando nessa percepção na perspectiva do alunado e suas dificuldades. São fatores simples, mas que são justamente os que devem ser trabalhados nas políticas públicas. Sabe-se que a falta de transporte dificulta o acesso a escola, tendo como consequência a evasão dos alunos. Ainda, se soma motivos como: condição financeira, ter filhos para cuidar, a rotina familiar e falta de local para higienização. Pensar no incentivo financeiro para os alunos EJA por meio de bolsas, vales transporte, alimentação, e atendimento médico contribuiria para amenizar muitas dificuldades desses alunos, e reforçaria a motivação em terminar os estudos. Esse é um desafio enorme, porém extremamente viável e possível. Percebe-se que os fatores são mais relacionados a necessidades básicas de subsistência. Não foi encontrado nenhum relato relacionado ao material utilizado pelos professores, porém é um ponto relevante de para futuras investigações. Ainda, surge um fator relacionado a merenda escolar. Isso abre margem para acreditar que os recursos para merenda são mínimos. A alimentação para uma boa aprendizagem é essencial. O desempenho relacionado a alimentação é uma problemática que deve ser investigada com mais detalhes, porém direcionar políticas e verba para melhorar a merenda escolar é um fator essencial na EJA. A evasão precisa ser combatida com mais estratégia por parte do corpo pedagógico da escolar investigada especificamente, com autonomia, pode implementar projetos e buscar parcerias que incentivem a permanência e engajamento escolar da EJA.

Ademais, encaminhando resposta para as últimas duas questões norteadoras como o gestor escolar e professores avaliam os principais motivos da evasão escolar na EJA? De que forma a escola está atuando na redução da evasão escolar na educação de jovens e adultos? Verificou-se que a resposta para essas questões se apresenta nos Gráficos 6, 8 e 9.

O Gráfico 6 mostra que 34% dos professores acreditam que a evasão escolar é um problema sociocultural, histórico e econômico e a escola possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 34% acreditam que a evasão é um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência 12% acreditam que a evasão escolar é fruto de não se resolver problemas sociais e econômicos. E, apenas 8% acreditam que a evasão é um problema político e econômico, e os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

O Gráfico 8 contém a perspectiva da direção escolar sobre a evasão escolar sobre os fatores que causam essa evasão na escola. A direção acredita 40% da evasão é um problema sociocultural, histórico e econômico, ainda, a escolar também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 30% da evasão é um problema social e econômico, sendo que a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência, 10% da evasão escolar é fruto da não resolução de problemas econômicos e sociais. Por fim, 20% da evasão é um problema político e econômico, sendo que os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

O Quadro 9 explana possíveis ações que ajudariam na redução da evasão escolar na EJA na perspectiva da direção escolar. A direção acredita que 30% evasão poderia ser reduzida se a escola elaborasse projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos tanto na leitura, quanto na escrita. Ainda, 40% da evasão poderia ser reduzida se o apoio pedagógico se voltasse para o ensino de jovens e adultos inovando os planejamentos para atender as dificuldades didáticas do ensino e facilitando a aprendizagem dos alunos. Adiante, 20% da evasão escolar poderia ser reduzida se a instituição escolar realizasse mais estudos de algumas teorias e que pudessem dar sustentabilidade à prática do educador. E, por último, 10% da evasão poderia ser reduzida se o poder político ajudasse os educandos através de bolsas de estudos, como forma incentivadora do aluno permanecer na escola.

Nesta ótica, traço uma discussão e deixo algumas sugestões para formulação de estratégias para redução da evasão de maneira geral que envolvem programas e iniciativas que

podem ser adotados e desenvolvidos ações semelhantes no Estado do Amapá, ainda convidando gestores a terem uma postura mais ativa e ou até mesmo mais agressiva ou intolerante em relação a passividade e falta de iniciativa local tanto no âmbito escolar quanto na nas diversas comunidades que existem em Macapá. Sobre a ótica da Constituição que determina que a educação é um dever todos, todos de alguma forma podem adotar medidas e estratégias com o intuito de contribuir na melhoria da qualidade do processo de ensino. Com isso, as ações objetivavam remover empecilhos à frequência à escola, nesse caso, o papel das ações é garantir que a educação e a escola, em particular, consigam competir com as demais atividades. Para isso, a educação precisa ser significativa e oferecer oportunidades para que os jovens desenvolvam competências que valorizam: a escola precisa oferecer aquilo que o jovem necessita e demanda. Além disso, a escola precisa ser flexível e oferecer não só grandes oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento de competências, mas também, um ambiente aprazível com o qual o jovem se identifique.

Ressalta sobre a busca por significado; incluindo aqui a definição do que a escola deve ensinar e de quais as competências que deve buscar desenvolver. Em última instância, esse primeiro compartimento trata de uma definição curricular adequada aos interesses da juventude. Entendemos que, como os interesses da juventude são múltiplos, diversas devem ser as opções curriculares. Ou seja, para que a educação promova o engajamento dos jovens, a escola precisa oferecer trilhas curriculares variadas que acomodem a diversidade de interesses da juventude. Atualmente, existe considerável consenso sobre a limitada amplitude das alternativas disponíveis. Diante de poucas alternativas existentes, que se mostram pouco atraentes, duas estratégias se apresentam: uma opção consiste em melhorar a qualidade e tornar mais atraentes as alternativas curriculares existentes, já outra opção consiste em ampliar o leque de alternativas disponíveis. Por outro lado, podem-se criar verdadeiras trilhas alternativas para serem adotadas em substituição ao que se faz tradicionalmente. Um exemplo seria substituir a educação média mais acadêmica por uma mais profissionalizante. Sendo uma opção mais indicada a introdução da possibilidade de substituição das alternativas disponíveis por outras mais práticas (profissionalizantes, esportivas e artísticas) atrativas àqueles jovens que estão em vias de reduzir o seu engajamento. A melhoria do clima na sala de aula é fundamental para promover maior engajamento dos alunos e, para tal, o próprio engajamento dos professores é também vital. O absentismo do professor está certamente entre os principais motivos para a perda de interesse dos alunos pela educação e pela escola. Assim, a melhoria dos serviços educacionais requer ações voltadas ao desenvolvimento das competências dos professores; à promoção da sua motivação, interesse e engajamento com as atividades escolares (melhoria na

remuneração, plano de carreira, incentivos por desempenho, combate ao absenteísmo); e à promoção de um clima em sala de aula que estimule o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. Atualmente, dada a difusão das diversas mídias e da facilidade de acesso digital a uma quantidade ilimitada de informações, os alunos não buscam na escola e em seus professores apenas informação. Ao contrário, procuram escolas e professores para que estes os ensinem a sistematizar, interpretar e organizar a vasta gama de informação a que já têm acesso. Assim, nesse novo contexto, um bom professor não é mais necessariamente aquele capaz de passar a maior quantidade de informação por unidade de tempo, mas sim aquele que é capaz de melhor conduzir e ensinar os alunos a organizarem seus pensamentos e conhecimentos. Por isso, para promover um maior engajamento dos alunos, é preciso desenhar e implementar ações que garantam ao professor acesso às formações necessárias para desempenharem essa “nova” função, (GESTA.ORG, 2022). Outro fator que infelizmente ainda afasta jovens da sala de aula é o envolvimento em atividades ilegais e o uso de drogas. Diversas ações têm sido implantadas nas escolas com vistas a prevenir o envolvimento dos jovens nesse tipo de atividade e algumas também para coibir o uso de drogas no seu entorno. Promover ações de educação, prevenção, atenção e atendimento no caso de substâncias psicoativas, além de promover ações focadas na educação sexual e na redução da violência é pertinente. Além disso, praticamente todos os estados têm programas para a redução da violência em escolas que abordam, com os jovens, os riscos envolvidos no uso de drogas.

Ainda, são alguns programas que pode servir de inspirações ou suscitar novas formas de combater a evasão escolar neste caso pensando na EJA, mas pode se estender a todo sistema escolar:

Vale Sonhar: Desenvolvido pelo Instituto Kaplan, o Vale Sonhar tem como objetivo desenvolver a responsabilidade pessoal dos alunos a partir da percepção do impacto da gravidez no projeto de vida. O Vale Sonhar é realizado por meio da metodologia de multiplicador e, para isso, o Instituto Kaplan vai treinar profissionais da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seec), responsáveis por preparar professores para as atividades escolares ligadas à prevenção à gravidez na adolescência. A conscientização dos jovens é feita a partir da união do conhecimento sobre sexualidade, reprodução e contracepção ao sonho profissional de cada jovem como motivação para o sexo seguro. Fonte: Instituto Kaplan (<http://www.kaplan.org.br/institucional/sec/vale-sonhar>).

Projeto de Acolhimento aos Filhos dos estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Afejan): A iniciativa foi criada em fevereiro de 2012 e é desenvolvida na Escola Estadual Alice Carneiro, em João Pessoa, através das ações pedagógicas da 1ª Regional

de Ensino, da Secretaria de Estado da Educação. A atividade beneficia cerca de 30 crianças de 4 a 14 anos, filhos de estudantes do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e do ensino médio noturno. Além de coibir a evasão, a proposta também está possibilitando o fortalecimento do vínculo família/escola, estimulando a capacidade intelectual dos participantes e retirando as crianças da área de vulnerabilidade. A atividade trabalha segmentos como artes plásticas, literatura, inclusão digital, música, atividades lúdicas. A escola disponibiliza todos os espaços para a execução das tarefas, a exemplo do refeitório, sala de vídeo, sala de informática e biblioteca. Todos os dias, os participantes são estimulados a aprender novas palavras. O grupo também tem aulas de cidadania, ética, recreação e pintura.

O Núcleo de Educação e Prevenção (NEPRE) foi fundado entre as décadas de 1980 e 1990 sendo estruturado na Secretaria de Estado da Educação (NEPRE/SED), nas gerências (NEPRE/GEREDs) e nas Escolas da Rede Pública Estadual estando alinhado ao Plano Estadual de Educação, Proposta Curricular de Santa Catarina e as demais legislações vigentes. Em 2011, institui-se enquanto Política Estadual de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na escola atuando de forma integrada e intersetorial em parceria com setores da saúde, justiça, segurança pública, assistência social, conselhos tutelares, ministério público e demais parceiros. Nesse sentido, o NEPRE envolve-se em ações de educação, prevenção, atenção e atendimento sobre uso de substâncias psicoativas, educação sexual e violências.

Programa Alimentar: Com o objetivo de estimular bons hábitos alimentares e o desenvolvimento, educação e a saúde a todos os alunos da rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação de Manaus disponibilizará três refeições por turno de ensino. Argumenta-se que há um melhor aproveitamento para o aprendizado se os alunos estiverem bem alimentados. Fonte: Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Manaus (<http://semed.manaus.am.gov.br/prefeitura-lanca-o-programa-alimentar/>).

Programa Poupança Jovem: Com o objetivo de incentivar a permanência do jovem na escola e contribuir para a redução da repetência e da defasagem idade-série, o Programa oferece aos alunos matriculados no ensino médio uma quantia depositada ao longo do curso que será retirada após a conclusão do ensino médio se este cumprir diversos requisitos, como participar de atividades complementares. Fonte: Governo do Estado do Piauí (<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/categoria/2/id/27199>).

Programa Caminhos da Escola: O Programa Caminhos da Escola busca garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Desde de 2007, o Programa também visa à padronização dos veículos de transporte escolar através da renovação da frota, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições. A aquisição de veículos padronizados para o transporte escolar pode ser realizada de três formas: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Governo Federal (<http://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola/caminho-da-escola-apresentacao>).

Programa Estadual de Gestão Integrada do Transporte Escolar (PEGITE): O Programa tem como objetivo assegurar aos municípios assistência financeira visando à garantia da oferta de transporte aos alunos da educação básica da rede pública estadual, da área rural e urbana, que residem à uma distância superior a 2km de sua unidade escolar. Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Alagoas <http://www.educacao.al.gov.br/programas-e-projetos/pegite>).

Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec): O Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, é um programa desenvolvido para atender a jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso) em relação a centros de ensino e aprendizagem onde não há oferta do Ensino Médio, além de atender a localidades que tenham deficiência em profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino. O Programa, criado em 2011, tem carga horária total de 3.000 (três mil) horas/aula, distribuídas em 3 (três) anos, nos turnos matutino, vespertino e noturno. A solução tecnológica viabilizada pelo uso de uma moderna plataforma de telecomunicações via satélite para videoconferência e o ambiente virtual de ensino Moodle destinado a oferecer suporte teórico e metodológico aos professores especialistas e mediadores do Programa. Assim, o número de atendidos pelo EMITec já se somam em 15.838 estudantes, lotados em 759 turmas, distribuídas em 137 municípios baianos. Fonte: Secretaria da Educação do Estado da Bahia (<http://escolas.educacao.ba.gov.br/emitec>).

Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Tem como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O Programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos do segmento. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos devem ser conservados e devolvidos para utilização

por outros alunos por um período de três anos. Fonte: Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentação>).

Entre Jovens: É uma metodologia do Instituto Unibanco executada em parceria com as Secretarias Estaduais com o objetivo de oferecer aos alunos uma oportunidade para reverem conteúdos fundamentais de séries anteriores que ainda não foram devidamente assimilados. Realizam oficinas de aprendizagem de Português e Matemática, além de rodas de conversa no contraturno escolar. Fonte: Relatório de Atividades do Instituto Unibanco (2015).

Avanço do Jovem na Aprendizagem (AJA): O projeto busca atender os jovens estudantes entre 15 e 17 anos com distorção de idade, possibilitando o acesso ao sistema educacional e à complementação dos seus estudos de forma integrada, qualificada e participativa. Para isso, há uma desmistificação da linearidade do conhecimento e o são pensadas formas de acolher e cuidar da formação do estudante como cidadão. Para isso, são constituídas turmas como grupo interativo de construção de conhecimento e de aprendizagem, com vistas ao desenvolvimento das noções fundamentais para a orientação ao mundo do trabalho, desenvolvimento de um planejamento que contemple recursos e métodos diferenciados com o foco na aprendizagem, compensando os estudantes com maior grau de dificuldade com propostas que utilizem o tempo de aula com eficiência, engajando e aproximando os estudantes, com conteúdo teórico e prático que visem garantir a aprendizagem de todos os indivíduos envolvidos no processo. Fonte: Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (<http://sistemas3.sead.ufscar.br/snfee/index.php/snfee/article/viewFile/190/72>).

Agente Jovem: É uma estratégia do Instituto Unibanco executada em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação para mobilização estudantil para diminuir a evasão escolar e estimular o protagonismo juvenil. O objetivo é incentivar os jovens a propor ações para a melhoria do ambiente escolar, agindo como corresponsáveis no processo. Fonte: Relatório de Atividades do Instituto Unibanco (2015).

Programa Educacional de Atenção ao Jovem (PEAS): Em busca de implementar programas capazes de propiciar aos jovens uma maior autonomia na condução de suas vidas, buscam viabilizar a integração social dos jovens, visando sempre a autorrealização e o protagonismo. Sob a condução de um professor, o Programa criar instâncias e fóruns de debates de modo a favorecer novas formas de expressão e de interação social entre os jovens, atingindo uma programação que complemente a formação escolar através de ações de caráter lúdico-educativo, respeitada a sua especificidade, a abordagem e a discussão continuada de temas significativos na experiência contemporânea da juventude. Fonte: Secretaria de Educação de

Minas Gerais (<https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/2764-projeto-peas-juventude-programa-educacional-de-atencao-ao-jovem>).

Ainda, existe a assistência estudantil do Instituto Federal do Amapá que as demais escolas da rede de estadual poderia construir para benefícios os estudantes matriculados em sua rede de ensino.

Assistência Estudantil: é o lineamento de diretrizes e procedimentos que orientam a elaboração e implementação de programas, projetos, ações e auxílios financeiros visando contribuir para o acesso, a permanência e a saída exitosa dos estudantes na perspectiva da melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e inclusão social, assim como a oferta de atendimentos especializados através dos serviços em saúde, social, psicológico e educacional.

Para isso, o Departamento de Assistência Estudantil (Daes) e seus setores operacionais – Seção de Gerenciamento de Assistência Estudantil (Segae), Setor de Saúde ao Estudante (Sese) e Setor de Projetos Especiais (Sepe) – atuam juntos para garantir a implementação da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Instituto Federal do Amapá (Ifap), no Campus Macapá. Serviços especializados da Segae: O Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil (PAE) do Ifap consiste no desenvolvimento de ações voltadas aos estudantes regularmente matriculados no Ifap, independente da condição socioeconômica. O acesso aos serviços do Eixo Universal se dá por demanda espontânea do estudante, do responsável ou encaminhamento por docentes, assistentes de alunos ou outros servidores. São três principais serviços da Segae: social, psicológico e educacional: Serviço Social; Serviço Psicológico; Serviço Educacional. Ainda, Programas e Auxílios Estudantis: A Assistência Estudantil oferta os seguintes programas do Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante da Política de Assistência Estudantil: Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa Bolsa Permanência; e Programa Monitoria

Compreendido de forma abrangente a questão da evasão na educação de jovens e adultos, trazendo dados pertinente conjuntamente com discussões que devem ser incentivadas no setor das políticas públicas focalizadas, que envolvem programas diversos, e iniciativas que podem e devem ser feitas pelas escolas estaduais de Macapá por meio da gestão competente e apoio coletivo, parte-se para a confirmação da duas hipóteses iniciais levantadas: a) A ocorrência da evasão escolar na EJA deve-se a falta de preparo e de estímulo da escola no atendimento do perfil da modalidade. b) A baixa condição econômica dos alunos em manter seus estudos tem impacto desde a compra de materiais de apoio escolar até ao transporte para chegar à escola. Os dados trazidos pelas entrevistas semiestruturadas e os questionários aplicados aos alunos serviram para entendimento de confirmação dessas hipóteses, foi dada voz aos

próprios alunos EJA, ainda a gestão escolar e o corpo pedagógico forneceram as informações necessários para o entendimento da realidade que a oferta dos cursos EJA enfrenta na sua realidade local. Ademais, se pode passar por cada objetivo específico proposto, uma vez que, se investigou como estão se processando as políticas para redução da evasão escolar na EJA. Nessa conjuntura, foi explanado como o sistema de ensino estadual se organiza e as principais diretrizes e metas que abarcam o público EJA. A verba disponibilizada para a materialização de políticas adequadas para o público é um problema que merece atenção científica e estudos mais específicos. Mas, foi entendido como programas estão presentes no estado para o combate da evasão, porém em um número pequeno e com pouco apoio coletivo e de profissionais mais competentes. Na sequência, se apontou os índices e elementos que contribuem para a evasão escolar na EJA, compreendendo de que forma a escola investigada está atuando na redução da evasão escolar na EJA. Nesse sentido, identificou-se que a gestão necessita de um suporte maior para melhorias significativas na organização do curso, tanto por meio de materiais, segurança pública, formação continuada de professores, e programas de assistência estudantil.

Em última instância de análise, colocando em pauta o objetivo geral que foi compreender de que forma as políticas públicas estão contribuindo para redução da evasão nas escolas estaduais de Macapá na modalidade EJA. Se identificou as políticas são mínimas, com necessidade de verba e apoio do poder público. As metas do PEE do Estado necessitam de verba significativa para se materializar. Investimento para superação de problemas de ordem econômica, sociais e culturais dos alunos. Para aproximação do público EJA com uma educação profissional, que envolvam metodologias inovadoras de cunho prático. Investimento e valorização nos profissionais que precisam de suporte para conduzir o processo educacional de forma a atender as necessidades dos alunos, compreendendo sua diversidade e necessidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, verificou-se que no Amapá a educação de jovens e adultos é organizada pela resolução nº 26/2013 CEE/AP, essa resolução fixa normas para a educação de jovens e adultos no sistema estadual de ensino do Amapá e revoga as resoluções 35/01 e 30/03 CEE/AP. Destaco o Art. 3º que determina que a rede pública de ensino deverá oferecer a Educação Básica a todos que não tiveram acesso na idade própria, garantido aos que forem trabalhadores, condições de acesso e permanência na escola, inclusive àqueles em situação de privação de liberdade de acordo com a legislação específica. No contexto mais amplos a rede estadual do Amapá tem o projeto de lei nº 2015 – GEA, esse dispõe sobre o Plano Estadual de Educação para o decênio 2015-2025, e dá outras providências. Entendeu-se na realidade local de investigação a perspectiva docente, gestora, de alunos e responsáveis da organização educacional do Estado do Amapá SEED. Assim, mostra que 34% dos professores acreditam que a evasão escolar é um problema sociocultural, histórico e econômico e a escola possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 34% acreditam que a evasão é um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência 12% acreditam que a evasão escolar é fruto de não se resolver problemas sociais e econômicos. E, apenas 8% acreditam que a evasão é um problema político e econômico, e os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola. A direção acredita 40% da evasão é um problema sociocultural, histórico e econômico, ainda, a escolar também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados. Ainda, 30% da evasão é um problema social e econômico, sendo que a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente. Na sequência, 10% da evasão escolar é fruto da não resolução de problemas econômicos e sociais. Por fim, 20% da evasão é um problema político e econômico, sendo que os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

Verificou-se que os motivos para evasão e anseios dos alunos estão: condição financeira, ter filhos para cuidar, a rotina familiar e falta de local para higienização. Pensar no incentivo financeiro para os alunos EJA por meio de bolsas, vales transporte, alimentação, e atendimento médico contribuiria para amenizar muitas dificuldades desses alunos, e reforçaria a motivação em terminar os estudos. Esse é um desafio enorme, porém extremamente viável e possível. Percebe-se que os fatores da evasão são mais relacionados a necessidades básicas de subsistência. Se identificou as políticas são mínimas, com necessidade de verba e apoio do

poder público. As metas do PEE do Estado necessitam de verba significativa para se materializar. Investimento para superação de problemas de ordem econômica, sociais e culturais dos alunos. Para aproximação do público EJA com uma educação profissional, que envolvam metodologias inovadoras de cunho prático. Investimento e valorização nos profissionais que precisão de suporte para conduzir o processo educacional de forma a atender as necessidades dos alunos, compreendendo sua diversidade e necessidades.

Constatou-se que a evasão escolar na EJA é um problema grave e que deve ser combatido por meio de políticas públicas efetivas. A evasão escolar na EJA pode ser causada por diversos fatores, como falta de recursos financeiros, falta de tempo, dificuldades de transporte, falta de apoio familiar, entre outros. A evasão pode levar a consequências graves para a vida dos estudantes, como a interrupção dos estudos e a falta de oportunidades de emprego e de crescimento profissional. Para combater a evasão escolar na EJA, é necessário que as políticas públicas estejam focadas em oferecer condições adequadas para que os estudantes possam concluir seus estudos. Isso pode incluir a oferta de bolsas de estudo, transporte escolar gratuito, programas de apoio pedagógico e psicológico, e flexibilidade de horários e metodologias de ensino. As políticas públicas devem valorizar dos professores e da qualidade do ensino oferecido, com materiais didáticos adequados e formação continuada para os docentes. A implementação de políticas públicas efetivas para combater a evasão escolar na EJA pode trazer diversos benefícios para a sociedade como um todo. O acesso à educação pode ajudar a reduzir as desigualdades sociais, a melhorar a qualidade de vida dos estudantes e de suas famílias, e a aumentar a competitividade do país no mercado de trabalho. Além disso, a EJA pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos na sociedade. Portanto, é fundamental que as políticas públicas estejam voltadas para o combate à evasão escolar na EJA, visando garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos pelos estudantes. Essas políticas devem estar baseadas em evidências e serem constantemente avaliadas e aprimoradas, para que possam atender de forma efetiva às necessidades dos estudantes e contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, foi feito apontamentos para formulação de estratégias de redução da evasão de maneira geral que envolvem programas e iniciativas que podem ser adotados e desenvolvidos ações semelhantes no Estado do Amapá, ainda convidando gestores a terem uma postura mais ativa e ou até mesmo mais agressiva ou intolerante em relação a passividade e falta de iniciativa local tanto no âmbito escolar quanto na nas diversas comunidades que existem em Macapá. A Constituição determina a educação como dever todos, assim todos podem adotar

medidas e estratégias com o intuito de contribuir na melhoria da qualidade do processo de ensino na EJA.

REFERÊNCIAS

ACÇÃO EDUCATIVA. **Educação em disputa: 100 dias de Bolsonaro**. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

AGENCIA BRASIL. **Censo Escolar 2020 Aponta Redução de Matrículas no Ensino Básico**. Brasília: EBC, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-01/censo-escolar-2020-aponta-reducao-de-matriculas-no-ensino-basico>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ALMEIDA, D. A. A Hermenêutica dos Sujeitos Jovens e Adultos na Busca do Direito à Educação. **DI@ LOGUS**, v. 3, n. 1, P.44-47, 2015.

AMAPÁ. **Núcleo de Educação propõe ensino profissionalizante a alunos da EJA**. Macapá, 2019. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/noticia/0512/nucleo-de-educacao-propoe-ensino-profissionalizante-a-alunos-da-eja>. Acesso em: 25 jun. 2022.

AMAPÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Macapá, 2022. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/estrutura/secretaria-de-estado-da-educacao>. Acesso em: 25 jun. 2022.

ARAÚJO, J. D; MUSIAL, G. B. S. Políticas Públicas de/para a Educação de Jovens e Adultos: um balanço de artigos publicados no Portal de Periódicos CAPES. **Educar em Revista**, v. 38, n.7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/uEJPW>. Acesso em: 04 mar. 2022.

ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direito e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

ASSIS, T. B.; BRIGNONI, C. P.; PIRES, L. L. A. **Educação de jovens e adultos: particularidades e desafios**. [S.l:s.n], 2016. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-particularidades-e-desafios,525b6949-d156-4a8d-8a04-10a0b8630f38>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BAZZONI, C.; SCHOEPS, D.; BORGES, F. F.; HENRIQUE, K. F.; SILVA, L. F. L.; CUNHA, P.; MONTEIRO, P.; ABREU, R. M.; PISTELLI, R. S. S.; FURLAN, S. A. **Educação de jovens e adultos articulada à educação profissional e tecnológica no ensino médio**. [S.l:s.n], 2021. Disponível em: https://observatorioept.org.br/rails/active_storage/disk/eyJfcmFpbHMiOnsibWVzc2FnZSI6Ikk01.pdf?content_type=application%2Fpdf&disposition=inline%3B+filename%3D%22AF-Ejatec_CC_web_27-01.pdf%22%3B+filename%2A%3DUTF-8%27%27AF-Ejatec_CC_web_27-01.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 nov.2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB 11/2000**: Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3o ao art. 76 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

CARDOSO, M. A.; PASSO, G. A. **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos e a formação docente**. [S.l:s.n],2001. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/25/reflexes-sobre-a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-a-formao-docente>. Acesso em: 7 out. 2022.

CORRÊA, A. E. F. **Racismo e preconceito na EJA: a percepção de educandos da Escola Revenda Nazaré da Silva Guimarães**, em Macapá, AP. 2019. 140f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2019.

DEFFACCI, F; RIBEIRO G. Desafios da EJA no processo de escolarização: o caso do município de três lagoas-ms. **Educação & Formação**, Fortaleza, v.1, n.2, p. 89-103, maio/ago. 2016.

DI PIERO, M. C. A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

GOMES, J. E. H. Perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Cidade de Macapá, Estado Amapá, Brasil (2018). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e594985989-e594985989, 2020.

GOMES, N. L. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. *In*: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.55, n. 14, p. 108-194, maio/ago. 2000.

INSTITUTO UNIBANCO. **Educação de jovens e adultos: a luta pelo direito à aprendizagem.** [S.l:s.n], 2022. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/educacao-de-jovens-e-adultos-a-luta-pelo-direito-a-aprendizagem>. Acesso em: 22 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 nov. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação.** Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf. Acesso em: 1 jan. 2022.

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Secretaria da Educação do Amapá realiza aula inaugural do Programa EJATEC.** [S.l]: Itau, 2022. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/acontece/secretaria-da-educacao-do-amapa-realiza-aula-inaugural-do-programa-ejatec>. Acesso em: 25 jun. 2022.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 564-574, out./dez. 2006.

LARIÚ, C. I. A política social que queremos: um embate entre universalismo e focalização. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 55, n. 4, p. 71-75, out./dez. 2004.

MACHADO, M. M.; RODRIGUES, M. E. C. Educação de jovens e adultos: Relação educação e trabalho. **Retratos da Escola: dossiê educação e diversidade**, Brasília, v. 7, n. 13, p.373-386, 2013.

MAGALHÃES, V. N. S. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos.** [S.l:s.n], 2013.

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplace em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan. 2018.

MOURA, Ana Paula Abreu; VENTURA, Jaqueline Pereira. A atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas e práticas na educação de jovens e adultos. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 332-350, maio/ ago. 2018.

SARAIVA, A. L. L. R. Políticas sociais: focalização versus universalização. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, ano 55, n. 3, p. 91-95, jul./set. 2004.

SARMENTO, C. S. **Os desafios no processo de alfabetização e letramento na 1ª etapa da educação de jovens e adultos em uma escola da rede municipal, localizada no município de Porto Grande – Amapá.** [S.l:s.n], 2022. Disponível em: <http://repositorio.ifap.edu.br/jspui/bitstream/prefix/581/1/SARMENTO%3b%20NASCIMENTO%20%282022%29.%20Os%20desafios%20do%20processo%20de%20alfabetiza%3a7%3a3o>. Acesso em: 22 jun. 2022.

- SILVA, M. S. F. **A evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA):** marcos de desafios. João Pessoa: Periódicos, 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ekmwQ>. Acesso em: 8 jun. 2022.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.
- TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Cadernos da AATR – BA, Salvador, v..7, n.3, p. 1-11, 2002.
- VASELIK, J. O desafio da superação do analfabetismo no Brasil: implicações legais e históricas. **Caderno Intersaberes**, v. 12, n. 32, p. 279-300, 2022. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2204>. Acesso em: 2 jun. 2022.
- VIERO, A. Educação de jovens e adultos: da perspectiva da ordem social capitalista à solução para emancipação humana. *In.*: GUSTSACK, F.; VIEGAS, M. F.; BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos: saberes e práticas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O DIRETOR DA ESCOLA MARIA NEUZA DO CARMO



Universidade Estadual do Ceará – UECE
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – DIRETOR

Apresente-se, comente sua formação e sua atuação profissional.

1) Assinale em ordem de importância (de 1 a 4), o que contribui para a evasão escolar.

- A – () É um problema sociocultural, histórico e econômico, ou a escola também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados.
- B – () É um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente.
- C – () Se não se resolver os problemas sociais e econômicos jamais a escola irá resolver o problema da evasão escolar.
- D – () É um problema político e econômico. Os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

Comente o que você considera forte fator de impacto na evasão escolar da instituição que você trabalha:

2) Assinale em ordem de importância (de 1 a 4), que ações poderiam contribuir para reduzir a evasão escolar.

- A – () Que a escola elaborasse projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos, tanto na leitura, quanto na escrita e nas interpretações textuais.
- B – () Que o apoio pedagógico se voltasse para o ensino de jovens e adultos, inovando os planejamentos, para atender as dificuldades didáticas dos professores em algumas áreas do ensino, facilitando a aprendizagem dos alunos.
- C – () Que a instituição escolar realizasse mais estudos de algumas teorias e que pudessem dar sustentabilidade à prática do educador.
- D – () Que o poder político ajudasse os educandos através de bolsas de estudos, como forma incentivadora da permanência do aluno na escola.

Destaque quais políticas poderiam contribuir para a superação da evasão escolar.

11) Qual o perfil dos alunos EJA na escola?

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS PROFESSORES DA ESCOLA MARIA NEUZA



Universidade Estadual do Ceará – UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – PROFESSORES

Apresente-se, comente sua formação e sua atuação profissional.

1) Assinale em ordem de importância (de 1 a 4), o que contribui para a evasão escolar.

- A – () É um problema sociocultural, histórico e econômico, ou a escola também possui uma parcela de culpa através dos métodos inadequados.
 B – () É um problema social e econômico ou a escola tem a sua parcela de culpa, pois falta um apoio pedagógico mais competente.
 C – () Se não se resolver os problemas sociais e econômicos jamais a escola irá resolver o problema da evasão escolar.
 D – () É um problema político e econômico. Os alunos não têm força de vontade de aprender e os desajustes familiares contribuem para a desmotivação do educando na escola.

Comente o que você considera forte fator de impacto na evasão escolar da instituição que você trabalha:

2) Assinale em ordem de importância (de 1 a 4), que ações poderiam contribuir para reduzir a evasão escolar.

- A – () Que a escola elaborasse projetos de forma interdisciplinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos dos alunos, dando condições de eliminar as dificuldades dos educandos, tanto na leitura, quanto na escrita e nas interpretações textuais.
 B – () Que o apoio pedagógico se voltasse para o ensino de jovens e adultos, inovando os planejamentos, para atender as dificuldades didáticas dos professores em algumas áreas do ensino, facilitando a aprendizagem dos alunos.
 C – () Que a instituição escolar realizasse mais estudos de algumas teorias e que pudessem dar sustentabilidade à prática do educador.
 D – () Que o poder político ajudasse os educandos através de bolsas de estudos, como forma incentivadora da permanência do aluno na escola.

Destaque como a sua disciplina poderia contribuir para a superação da evasão escolar.

3) Como é feito o planejamento de ensino dos alunos EJA?

4) Qual a metodologia de ensino para os alunos EJA?

5) Quais as principais dificuldades observadas que impactam na aprendizagem dos alunos EJA?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS EJA DA ESCOLA MARIA NEUZA DO CARMO

QUESTIONÁRIO - ALUNOS EJA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS – MPPPP

*Obrigatório

IDENTIFICAÇÃO

Preencha corretamente todos os dados abaixo.

1. NOME COMPLETO DO ALUNO: *

EXEMPLO: Marcos Batista de Souza; Carol Sales Honorato etc.

2. CONTATO: *

EXEMPLO: 96 99134-9856; 91 98834-5356 etc.

3. E-MAIL: *

EXEMPLO: caioficti[nio@gmail.com; souzaficticio@outlook.com etc.

4. IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL *

Marque a opção correspondente abaixo.

Marcar apenas uma oval.

Amarela - origem asiática

Branco

Indígena

Pardo

Preto

Outra

5. IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL (OUTRA) *

Descreva a qual a outra identidade étnico-racial? (SÓ RESPONDA SE TIVER MARCADO A OPÇÃO 'OUTRA' ANTERIORMENTE)

6. DATA DE NASCIMENTO: *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

7. IDADE: *

Marque a opção correspondente abaixo.

Marcar apenas uma oval.

- 15 à 18 anos
- 19 à 22 anos
- 22 à 25 anos
- 26 à 29 anos
- 30 à 33 anos
- 34 à 37 anos
- 38 à 41 anos
- Mais de 42 anos

8. NATURALIDADE: *

EXEMPLO: ANAJÁS-PA; MACAPÁ-AP. etc.

9. ENDEREÇO ATUAL: *

EXEMPLO: AV. CHICO MENDES, 69, INFRAERO II, MACAPÁ/AP; RUA SÃO JOSÉ, 145, CENTRO, MACAPÁ/AP. etc.

INFORMAÇÕES
- EJA

São informações sobre o curso EJA que você estuda. Responda com o máximo de precisão possível todas as questões.

10. ETAPA EJA: *

EXEMPLO: ETAPA I - ENSINO FUNDAMENTAL; ETAPA II - ENSINO FUNDAMENTAL.

11. ANO QUE INICIOU OS ESTUDOS: *

Marque a opções correspondente.

Marcar apenas uma oval.

2018

2019

2020

2021

2022

12. DESCREVA COMO VOCÊ SE MATRICULOU NO CURSO EJA? *

Seja detalhista, fale das dificuldades que teve, problemas relacionados as informações para matrícula, documentos e outras coisas.

13. SATISFAÇÃO COM A CURSO EJA: *

Marque a opções correspondente.

Marcar apenas uma oval.

RUIM

BOM

REGULAR

MUITO BOM

ÓTIMO

EXCELENTE

14. QUAIS MOTIVOS IMPACTARAM PARA QUE VOCÊ NÃO TERMINASSE OS ESTUDOS NA IDADE REGULAR? *

Seja detalhista na resposta.

15. QUAIS MOTIVOS INFLUENCIARAM PARA VOCÊ CONTINUASSE OU RETOMASSE OS ESTUDOS? *

Seja detalhista na resposta.

16. QUAIS OBSTÁCULOS VOCÊ ENFRENTA PARA CHEGAR À ESCOLA? *

Seja detalhista na resposta.

17. EXISTE ALGUM FATOR QUE JÁ DESMOTIVOU VOCÊ A DESISTIR DO CURSO EJA? *

Seja detalhista na resposta.

18. DESCREVA MOTIVOS DE VOCÊ GOSTAR DE ESTUDAR EJA NA ESCOLA, QUAIS OS MOTIVOS POSITIVOS? *

Seja detalhista na resposta.

19. DESCREVA MOTIVOS DE VOCÊ NÃO GOSTAR DE ESTUDAR EJA NA ESCOLA, QUAIS OS MOTIVOS NEGATIVOS? *

Seja detalhista na resposta.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Informações sobre você e suas relações interpessoais.

20. QUAL SEU ROTEIRO DE ESTUDOS E QUANTAS HORAS VOCÊ ESTUDA DIARIAMENTE? *

Seja detalhista.

21. APRESENTE SUA RELAÇÃO DE TRABALHO OU PROFISSIONAL ATUAL? *

Seja detalhista. Se trabalha ou não, se desenvolve ou participa de algum projeto entre outros.

22. QUAL SUA PERSPECTIVA PARA O FUTURO APÓS TERMINAR SEUS ESTUDOS? *

Seja detalhista.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A – ACEITE INSTITUCIONAL PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA ESCOLA MARIA NEUZA



Universidade Estadual do Ceará – UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

ACEITE INSTITUCIONAL

O(A) Sr./Sr.^a diretor(a) _____; responsável do(a)

_____ ; com o CNPJ:

_____ INEP _____; Localizada no endereço:

_____;

_____;

está de acordo com a realização da pesquisa intitulada

“ _____

_____”

de responsabilidade do(a) pesquisador(a) **ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ** cursista do Mestrado Profissional em

Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP da Universidade Estadual Do Ceará - EUCE, sob orientação do(a)

Professor(a) Mestre **MARIA ANDRÉA LUZ DA SILVA**. Tal pesquisa visa contribuições de fins científicos para o estado

do Amapá. O estudo envolve a realização de entrevistas, aplicação de questionários com os alunos, professores, gestão

escolar, pais e/ou responsáveis. A pesquisa terá a duração de ___ dias, com previsão de início em ___/___/2022 e

término em ___/___/2022.

Eu, diretor(a) _____; responsável do(a)

_____ ; com o CNPJ:

_____ INEP _____; Localizada no endereço:

_____;

_____;

declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução n° 196/96 do Conselho

Nacional de Saúde. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do

presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa

nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

MACAPÁ/AP, ___/___/___

 Nome do (a) responsável pela instituição

 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

CARIMBRO

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE DOS PARTICIPANTES



Universidade Estadual do Ceará – UECE
 Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - ProPGPq
 Centro de Estudos Sociais Aplicados - CESA
 Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – MPPPP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa científica intitulada:

“ _____ ”,

conduzida por: **ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ** e sob a orientação do(a) professor(a): **MARIA ANDRÉA LUZ DA SILVA**. Este estudo tem por objeto de estudo: a Evasão Escolar. Sendo o objetivo geral entender obstáculos sociais, políticos, históricos, econômicos e pedagógicos para a criação de políticas públicas, visando a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos das escolas estaduais no Estado do Amapá. E, os objetivos específicos da pesquisa, são: a) investigar como estão se processando as políticas para redução da evasão escolar na Educação de Jovens e adultos; b) apontar os índices e elementos que contribuem para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos; e, c) compreender de que forma a escola está atuando na redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos.

Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar o motivo, e não haverá nenhum tipo de punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página. Para confirmar sua participação você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa

“ _____ ”

cujo objetivo é **“Entender obstáculos sociais, políticos, históricos, econômicos e pedagógicos para a criação de políticas públicas, visando a redução da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos das escolas estaduais no Estado do Amapá.”**. Para ter uma cópia deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma cópia em PDF para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar ao(s) pesquisador(as)(es) do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário online ou impresso, constituído por até “ (_____) ” perguntas. Estima-se que você precisará de aproximadamente “40 MINUTOS” para respondê-las. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa. O questionário estará disponível para ser respondido entre os dias ___/___/2022 e ___/___/2022. Você não será remunerado, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntária. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição. A pesquisa não acarretará nenhum risco de caráter: econômico, saúde, ambiental, entre outros decorrentes das atividades dessa pesquisa científica;

A realização desta pesquisa se justifica pelo motivo das políticas públicas proporcionarem melhores oportunidades para a redução da evasão nas escolas do Estado do Amapá. Por isso, é importante que a escola leve em consideração que a clientela dessa modalidade de ensino tenha sua cultura, sua religião, uma família formada, um emprego, ou seja, sua história de vida. Cabe à escola e a seus profissionais ajudá-los na busca da realização de seus objetivos de conquistar o mundo letrado, desenvolvendo conhecimentos, capacidades e qualidades ao exercício consciente da cidadania. Muitos são os fatores que influenciam as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA (Educação de Jovens e adultos) que, em sua maioria, apresentam desinteresse nos estudos, ou mesmo dar continuidade a eles, pois sua realidade socioeconômica, entre outros fatores, impõe o aluno a uma realidade muitas

vezes diferente da que ele gostaria de apresentar. Fatores de ordem social e econômica parecem ser os mais frequentes nessa modalidade de ensino. A importância dessa pesquisa destaca-se por se tratar de um tema bastante pesquisado por alunos, professores e demais pessoas envolvidas com a educação. Igualmente entende-se que os dados advindos da pesquisa poderão servir de base para possíveis investimentos do setor público, ou mesmo para avaliação e análise dos fatores que influem sobre essa modalidade de ensino, para que, a partir dela, seja possível demandar recursos e possíveis ajustes nas metodologias constantes nessa modalidade de ensino. Portanto, entende-se que a transferência de responsabilidade pela situação da educação no Brasil, de modo geral, em nada colabora para que ela seja realizada de maneira a trazer os melhores resultados. A união de esforços entre a sociedade e o governo, não resta dúvida é o caminho mais sensato a ser percorrido em prol dos alunos devidamente matriculados nessa modalidade de ensino.

Uma cópia deste documento será enviada aos endereços eletrônicos dos participantes desta pesquisa. **E-MAIL DO PARTICIPANTE:** _____;

O(A) Os(As) pesquisador(as)(es) garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Para contatar um(a) do(a)(s) pesquisador(as)(es) da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagens pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

Celular: (96) 99187-1213 e e-mail: esmeraldaviana.sa1@gmail.com. do(a) Pesquisador(a) Responsável: **ESMERALDA VIANA BRAGA SÁ.**

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. O pesquisador me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. O pesquisador me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade ou interrupção de meu tratamento. Fui informado também que devo imprimir ou gerar um PDF do TCLE para ter a minha cópia do documento e que posso solicitar uma versão dele via e-mail para os pesquisadores.

ACEITO PARTICIPAR | |
NÃO ACEITO PARTICIPAR | |

MACAPÁ/AP, ____/____/____

Assinatura do(a) participante: _____.

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____.